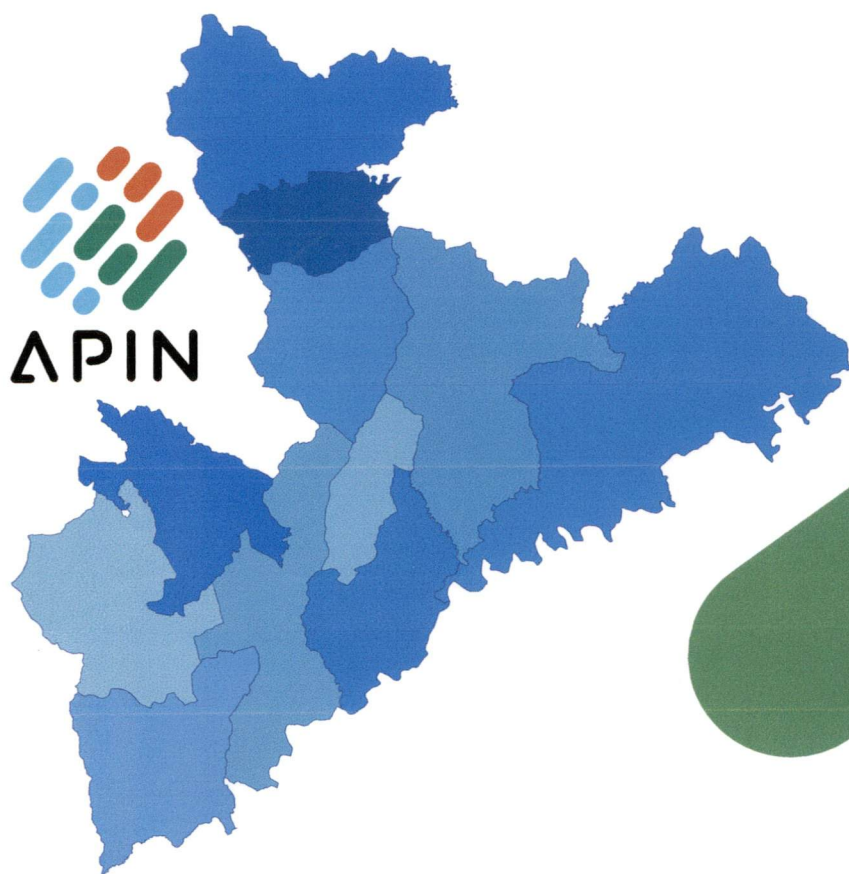


EMPRESA INTERMUNICIPAL DE
AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR



Relatório de Gestão & Contas 2020



Qualidade

Eficiência

Equidade



Índice Geral

1	MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	6
2	QUEM SOMOS.....	8
3	A EMPRESA.....	11
3.1	Missão, Visão e Objetivos.....	12
3.1.1	Missão.....	12
3.1.2	Visão.....	12
3.1.3	Objetivos.....	13
3.2	Órgãos Sociais.....	13
3.2.1	Assembleia Geral.....	13
3.2.2	Conselho de Administração.....	13
3.2.3	Fiscal Único.....	14
3.3	Estrutura Organizacional da APIN.....	14
3.3.1	Regional.....	14
3.3.2	Funcional.....	16
3.4	Caracterização da Situação Atual.....	18
4	REGULAÇÃO.....	19
4.1	Regulamento de Serviço APIN.....	19
4.2	Regulação Económica.....	20
4.3	Regulação da Qualidade do Serviço.....	20
4.4	Política de Privacidade.....	20
5	INDICADORES DO ANO 2020.....	21
5.1	Posição Económico-Financeira.....	21
5.2	Aprovisionamento - Contratação Pública.....	21
5.3	Recursos Humanos.....	23
5.4	Candidaturas a Fundos Comunitários.....	24
5.5	Candidatura ao Fundo Ambiental.....	26
6	OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS.....	28
7	ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE.....	31
7.1	Linhas Estratégicas.....	31
8	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	32
9	PROJETOS ESTRUTURANTES.....	35
9.1	Abastecimentos de Água.....	35

9.2	Gestão de Resíduos Urbanos	36
10	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	38
11	ATIVIDADE DA EMPRESA.....	40
11.1	Indicadores de Atividade.....	40
11.1.1	Clientes.....	40
11.1.2	Balcão Digital e Envio Eletrónico de Fatura	41
11.1.3	Reclamações.....	42
11.1.4	Volumes fornecidos	43
11.2	Abastecimento de Água.....	43
11.2.1	Volume aduzido à rede	43
11.2.2	Avarias na rede.....	44
11.2.3	Interrupções de fornecimento programadas.....	44
11.2.4	Deteção de fugas.....	45
11.2.5	Qualidade da água	45
11.2.6	Ramais novos de abastecimento de água	45
11.3	Saneamento de Águas Residuais.....	46
11.3.1	Volumes recolhidos nas redes de saneamento.....	46
11.3.2	Quantidade e volumes recolhidos em fossas.....	46
11.3.3	Operação e manutenção de ETAR	47
11.3.4	Ramais novos de Saneamento	48
11.4	Gestão de Resíduos Urbanos.....	48
11.5	Obras executadas ou em execução.....	49
11.6	Planeamento e Projeto	49
11.7	Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cadastro	50
11.8	Segurança e Saúde no Trabalho	50
11.9	Comunicação e Imagem	51
11.10	Responsabilidade Social	53
12	ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA	54
12.1	Estrutura de Rendimentos	54
12.2	Estrutura de Gastos	54
12.3	Resultado	55
12.4	Capital Próprio	55
12.5	Principais Rácios Financeiros	56
12.6	Gestão de Riscos	57

12.7	Ações Próprias	57
12.8	Negócio entre a Sociedade e os Seus Administradores.....	57
12.9	Sucursais.....	57
12.10	Situação Fiscal e Contributiva	57
13	OBRAS RELEVANTES A EFETUAR NO FUTURO	58
14	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
15	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	64
16	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	65
17	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	66
17.1	BALANÇO	67
17.2	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS.....	68
17.3	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES.....	69
17.4	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	70
17.5	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2020	71
17.6	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2019	72
18	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	73

Índice de Figuras

Figura 1-	Cadeia de valor do setor de águas e resíduos.....	10
Figura 2 -	Estrutura organizacional	15
Figura 3 -	Organograma da Empresa.....	17
Figura 4 -	Número de colaboradores.....	33
Figura 5 -	Balcão digital	41
Figura 6 -	Mapa geográfico da Empresa	58

Índice de Quadros

Quadro 1-	Estrutura acionista	11
Quadro 2 -	Âmbito territorial.....	12
Quadro 3 -	Colaboradores por género e por direção.....	23
Quadro 4 -	Idade dos colaboradores por escalões etários	24
Quadro 5 -	Candidaturas aprovadas pelo POSEUR por concelho	25
Quadro 6 -	Candidaturas aprovadas pelo POSEUR por tipologia	26
Quadro 7 -	Cenário macroeconómico 2020-2021.....	39
Quadro 8 -	Clientes ativos.....	40
Quadro 9 -	Clientes ativos por tipo de utilização	40
Quadro 10 -	Modo de efetuar a reclamação.....	42

Quadro 11 - Tipo de reclamação.....	42
Quadro 12 - Limpeza de fossas realizadas e respetivos volumes	47
Quadro 13 - ETAR sob gestão da APIN	47
Quadro 14 - Parque de contentores	48
Quadro 15 - Rendimentos e ganhos	54
Quadro 16 - Gastos e perdas.....	55
Quadro 17 - Resultados.....	55
Quadro 18 - Capital próprio.....	56
Quadro 19 - Indicadores da posição financeira	56

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Balanço de 2020.....	21
Gráfico 2 - Número de adjudicações por tipo de procedimento	22
Gráfico 3 - Valor dos procedimentos de contratação por tipo de procedimento	22
Gráfico 4 - Distribuição por género do total de colaboradores Gráfico 5 - Distribuição por género em funções administrativas.....	23
Gráfico 6 - Evolução da estrutura de recursos humanos.....	34
Gráfico 7 - Colaboradores por tipo de contrato de trabalho	34
Gráfico 8 - Volumes de água fornecidos	43
Gráfico 9 – Volumes totais de água adquirida em "alta"	44
Gráfico 10 - Efluente entregue em "alta"	46
Gráfico 11 - Recolha de resíduos indiferenciados	49

1 MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

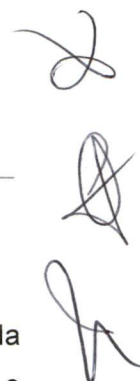
Nos termos dos estatutos e da legislação aplicável vem o Conselho de Administração da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A. (APIN), apresentar o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2020.

O ano de 2020 marcou o arranque efetivo da APIN. Resultante do processo de agregação de onze municípios, originado da necessidade, de juntos, enfrentarmos os desafios que os sistemas de serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos exigem. A APIN assumiu este compromisso consciente de que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) requerem maior capacidade financeira, técnica e tecnológica e a existência de Entidades com dimensão capaz de garantir a sua sustentabilidade atual e também das gerações futuras.

O início de atividade revelou-se, devido a vários fatores, bastante exigente e estamos cientes de que 2021 apresentará ainda outros desafios, contudo será o ano em que a atividade da empresa se tornará mais visível, nomeadamente através do início da concretização das candidaturas aprovadas pelo POSEUR, para os quais a APIN terá que assegurar recursos financeiros necessários.

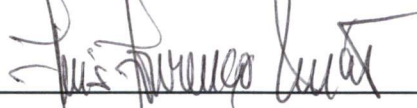
Acreditamos que estamos no rumo certo e que a empresa já dispõe de capacidade para melhorar o seu funcionamento e aumentar a satisfação dos vários *stakeholders*, designadamente clientes e acionistas. Ao longo do ano, deparámo-nos com situações internas e externas que condicionaram o início de atividade da empresa, mas não podemos deixar de salientar o impacto financeiro e no processo de faturação, originado pela redução tarifária que foi deliberada em março e que teve efeitos retroativos a janeiro de 2020. Igualmente desafiante foi a adaptação de uma estrutura tão “jovem” a uma situação inesperada e tão complexa, como foi e tem sido a pandemia e inevitáveis consequências.

Com este documento pretendemos transmitir informação que permita conhecer o desempenho desta empresa pública que continuará a ter um papel importante no desenvolvimento da região, que iremos continuar a afirmar, com a cooperação de todos os colaboradores, comissão executiva e acionista.

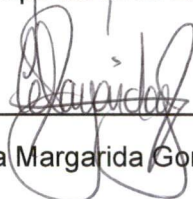




(Luís Miguel Correia Antunes)



(Luís Filipe da Silva Lourenço Matias)



(Célia Margarida Gomes Marques)



2 QUEM SOMOS




Integram a APIN os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares. A APIN opera no sector do ambiente, na sequência da autorização para a criação de um sistema intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos. A APIN cobre uma área de cerca de 1.900 km², com cerca de 81 mil habitantes, dos quais perto de 60 mil são clientes.



A sua constituição decorreu de um alargado processo de discussão, tendo sido aprovado por todos os Executivos Camarários e Assembleias Municipais, após audição obrigatória da Entidade Reguladora e com fundamento em estudo que demonstra a racionalidade económica e financeira acrescentada, decorrente da agregação dos sistemas municipais.

Os onze Municípios decidiram ainda que o Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior fosse gerido através do modelo de gestão delegada em empresa local, num regime exclusivamente público, de domínio a 100% pelas autarquias locais. A APIN foi constituída a 29 de julho de 2019 sendo que a sua atividade operacional apenas se iniciou a 1 de janeiro de 2020.

A APIN segue as diretrizes do Governo Central e da União Europeia, nomeadamente no que concerne o requisito de habilitação aos fundos comunitários, no âmbito do Eixo Prioritário III, do POSEUR (Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos). Saliente-se a extrema necessidade em efetuar investimentos na resolução de problemas adjacentes à distribuição de água em baixa e na manutenção e ampliação das redes de saneamento.

A APIN reveste a natureza de Empresa Intermunicipal, regulada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e, subsidiariamente, pelo código das sociedades comerciais. Obedece ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, por força da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro e a Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, condicionando o regime de financiamento aos limites legais de endividamento municipal e demais regras aplicáveis.

Nos termos dos seus estatutos, a APIN tem por objeto a gestão de serviços de interesse geral, e mais concretamente a exploração e a gestão do Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, que agrega os sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos supracitados Municípios, no respetivo território.

Esta atividade foi formalizada através de um Contrato de Gestão Delegada dos 11 Municípios para a APIN, celebrado a 2 de outubro de 2019, por um período de 30 anos contados a partir do dia seguinte ao termo do período de transição.

Cadeia de Valor

As atividades de abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos constituem serviços públicos de carácter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente. Devem por isso obedecer a um conjunto de princípios, entre os quais se destacam a universalidade de acesso, a continuidade e a qualidade do serviço, a eficiência e a equidade de preços.

O setor de água e resíduos pode dividir-se em dois subsectores significativamente distintos na perspetiva tecnológica: 1) o subsector dos serviços de águas e; 2) subsector dos serviços de gestão de resíduos urbanos. A cadeia de valor das atividades dos serviços de águas e resíduos permite compreender a sua complementaridade enquanto peças fundamentais do, tradicionalmente designado, saneamento básico (Figura 1).

Esta estruturação dos sistemas conduziu a vantagens em termos de economias de escala e conduziu simultaneamente à divisão da cadeia de valor da prestação dos serviços considerando as fases do processo produtivo.

A gestão centralizada e integrada na região favorece o nível de serviço e poupança nos recursos.

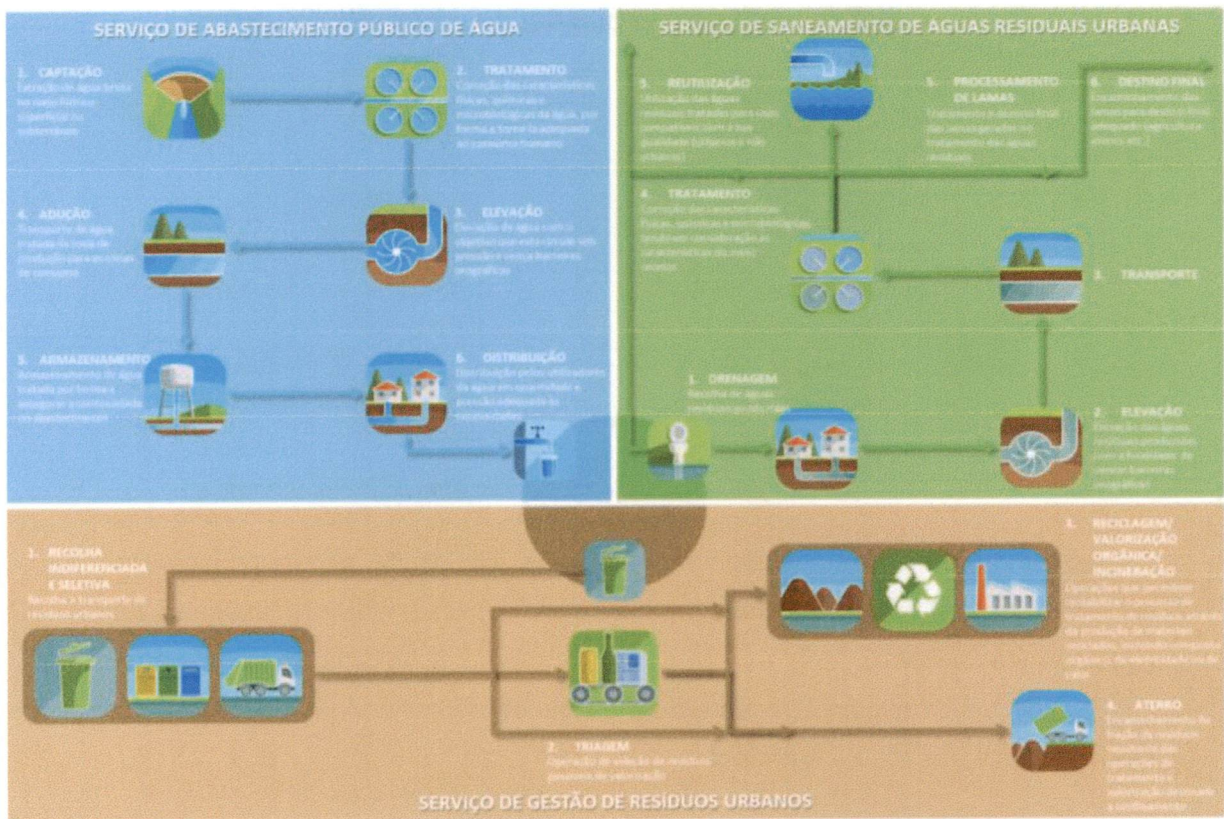
Saliente-se que os centros de competências regionais, em rede, permitem uma maior sustentabilidade ambiental e financeira e são potenciadores de economias de escala, face a



sistemas municipais isolados. Todos os estudos defendem que este é o modelo mais benéfico para os concelhos da região. Era fundamental um modelo de gestão diferente daquele que os Municípios praticavam, que garantisse maior qualidade e inovação, mas para isso era necessário assegurar investimento nestes serviços.

É com a perspetiva de cumprimento deste desígnio que a APIN foi criada.

Figura 1- Cadeia de valor do setor de águas e resíduos



Fonte: RASARP2019_Volume1

3 A EMPRESA

Designação Social: APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A.

Sede Social: Zona Industrial de Penela, Lote 15, 3230-347 Penela

Pessoa Coletiva: 515 515 507

Capital Social: € 1.100.000

Nº Registo na Conservatória do Registo Comercial de Penela: 515 515 507

Quadro 1- Estrutura acionista

Município	% Capital Social	Valor do Capital Social
Alvaiázere	8,98%	98 780 €
Ansião	13,73%	151 030 €
Castanheira de Pera	4,26%	46 860 €
Figueiró dos Vinhos	5,82%	64 020 €
Góis	7,20%	79 200 €
Lousã	18,39%	202 290 €
Pampilhosa da Serra	7,90%	86 900 €
Pedrógão Grande	5,54%	60 940 €
Penacova	14,04%	154 440 €
Penela	6,77%	74 470 €
Vila Nova de Poiares	7,37%	81 070 €
Total	100,00%	1 100 000 €

A Empresa situa-se no interior do País, NUTS III, e caracteriza-se por uma baixa densidade populacional, com Municípios entre os 17 mil habitantes (Lousã) e os 2,6 mil habitantes (Castanheira de Pera).

No quadro seguinte resumem-se os dados populacionais, de alojamentos e área dos Municípios integrantes da agregação:

Quadro 2 - Âmbito territorial

Município	População	Alojamentos	Área (km ²)
Alvaiázere	6 612	5 715	160
Ansião	12 073	8 949	176
Castanheira de Pera	2 632	2 716	67
Figueiró dos Vinhos	5 588	4 856	173
Góis	3 815	5 165	263
Lousã	17 143	10 568	138
Pampilhosa da Serra	4 045	5 658	396
Pedrógão Grande	3 420	3 649	129
Penacova	13 753	8 340	217
Penela	5 418	4 697	132
Vila Nova de Poiares	6 934	4 549	84
Total	81 433	64 862	1 937

Fonte: INE, PORDATA 2019

Os onze Municípios que integram a APIN apresentam algumas características distintas, desde logo ao nível da população e área geográfica. Em termos populacionais, a população dos oito Municípios menos populosos soma 38,5 mil habitantes, enquanto nos três Municípios mais populosos, Ansião, Lousã e Penacova, ascende a 43 mil habitantes.

Em termos de densidade populacional obtêm-se variações entre os 10,2 hab./km² (Pampilhosa da Serra) e os 123,9 hab./km² (Lousã).

3.1 Missão, Visão e Objetivos

3.1.1 Missão

Assegurar os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos urbanos de forma a garantir elevados níveis de qualidade de serviço ao menor custo para os utilizadores.

Os desafios que os referidos serviços enfrentam, exigem uma gestão mais profissional, com maior capacidade financeira, técnica e tecnológica e com uma dimensão capaz de garantir a sua sustentabilidade atual e também para as futuras gerações.

3.1.2 Visão

Ser reconhecida como referência empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta e pela competência profissional.

Assumir-se como uma Empresa Intermunicipal, orientada para estabelecer tarifários justos e equilibrados, que sejam:

- Socialmente acessíveis;
- Protetores do ambiente;
- Economicamente sustentáveis;
- Garantindo níveis de excelência consentâneos com as melhores práticas do setor, no que se refere a:
 - ✓ Rigor nos Investimentos;
 - ✓ Rigor na Gestão;
 - ✓ Rigor na Eficiência.

3.1.3 Objetivos

- Promover a **qualidade** do serviço prestado, potenciando a satisfação dos clientes;
- Aumentar a **eficiência** operacional, mantendo proximidade com os utilizadores;
- Garantir **equidade** entre os utilizadores, sendo socialmente responsável;
- Privilegiar a **economia circular**: redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia;
- Fomentar uma **cultura de inovação, desenvolvimento e de melhoria contínua**.

3.2 Órgãos Sociais

3.2.1 Assembleia Geral

A composição da Assembleia Geral da APIN a 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

- Presidente – Município de Vila Nova de Poiares, representado por: João Miguel Sousa Henriques
- Secretário – Município de Castanheira de Pera, representado por: Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho

3.2.2 Conselho de Administração

A composição do Conselho de Administração a 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

- Presidente – Município da Lousã, representado por: Luís Miguel Correia Antunes
- Vogal – Município de Penela, representado por: Luís Filipe da Silva Lourenço Matias
- Vogal – Município de Alvaiázere, representado por: Célia Margarida Gomes Marques

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Empresa numa Comissão Executiva, fixando-lhes os limites de delegação.

O Conselho de Administração da APIN sofreu alterações na sua composição durante o ano de 2020, uma vez que o anterior Presidente do Conselho de Administração, Humberto José Baptista Oliveira, renunciou ao referido cargo, tendo tal renúncia produzido efeitos desde o dia 30 de abril de 2020. A anterior Vogal do Conselho de Administração, Eugénia Paula Rodrigues Gomes, também apresentou a sua renúncia ao cargo, que produziu efeitos desde o dia 15 de agosto de 2020.

3.2.3 Fiscal Único

- Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A., representado por: Bruno José Machado de Almeida.

Como Fiscal Único suplente: José Joaquim Marques de Almeida

3.3 Estrutura Organizacional da APIN

3.3.1 Regional

Face à elevada área geográfica, à baixa densidade populacional e ao elevado cumprimento de rede de água por alojamento, determinou-se que os serviços operacionais não se deviam concentrar todos num único local.

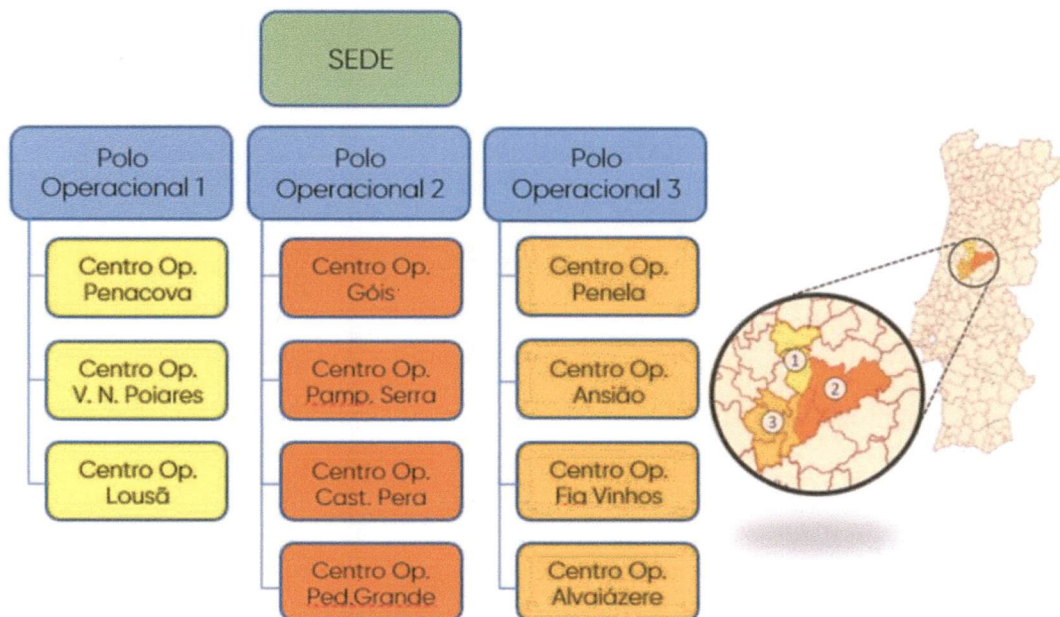
Efetivamente, ainda que estes serviços se localizassem no centro de gravidade da região, as distâncias a percorrer implicariam ineficiências em termos de custos de transporte e tempo despendido. Assim, optou-se por uma organização com três níveis de funcionalidades:

- Uma Sede;
- Três Polos Operacionais;
- Centros Operacionais¹.

Com estes pressupostos, obteve-se uma estrutura otimizada, eficiente e com elevada capacidade de decisão e resposta.

¹ A 31 de dezembro de 2020 encontravam-se em funcionamento oito centros operacionais.

Figura 2 - Estrutura organizacional



A **Sede** concentra todos os serviços de suporte, nomeadamente:

- Administração;
- Primeiras linhas de Direção: Comercial, Administrativa e Financeira, Exploração e Manutenção e Engenharia e Qualidade;
- Planeamento, Projetos e Obras, SIG, Segurança e Saúde no Trabalho e Controlo de Qualidade;
- Gestão dos processos de Faturação e Cobrança;
- Gestão de Reclamações;
- Recursos Humanos;
- Contabilidade e Controlo de Gestão;
- Compras;
- Serviços Administrativos;
- Apoio Informático;
- Certificação.

Os **Polos Operacionais**, localizados nos Municípios da Lousã (Polo 1), Pampilhosa da Serra (Polo 2) e Penela (Polo 3), concentram os serviços operacionais transversais a todos os Municípios, designadamente:

- Gestão de produção de água e de tratamento e rejeição de efluentes (Operação, manutenção e exploração dos sistemas em “alta”);

- Armazéns e oficinas;
- Recolha de Resíduos Urbanos;
- Parque de veículos especiais e de inertes;
- Manutenção preventiva.

O edifício do Polo Operacional da Lousã possui instalações para os serviços de Controlo de Qualidade, para o Centro de Gestão de Operações e para a Telegestão.

Os **Centros Operacionais** asseguram o serviço e proximidade à população, concentrando concretamente:

- Operação de redes de água e saneamento em “baixa”;
- Manutenção curativa (roturas, colapsos, etc.) das redes de água e saneamento em “baixa”;
- Serviços de atendimento ao público;
- Leituras de contadores.

Os Polos e os Centros Operacionais garantem, a todos os Municípios, proximidade do serviço à população e capacidade de resposta descentralizada.

Para reduzir sobreposições de dimensionamento de escritórios e pessoal, a Sede coincide com um dos Polos Operacionais e cada Polo Operacional coincide com um Centro Operacional.

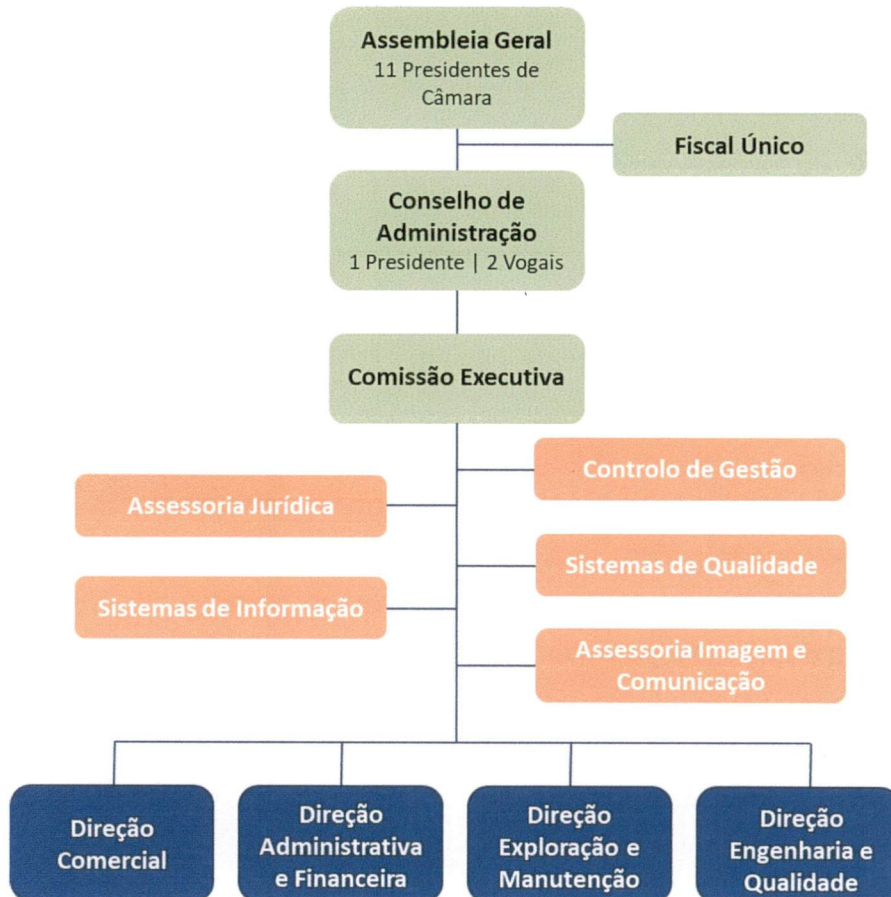
3.3.2 Funcional

3.3.2.1 Organograma

O organograma da APIN é composto por:

- Órgãos Sociais;
- Comissão Executiva;
- 5 Unidades de Suporte à Comissão Executiva;
- 4 Direções;
- 19 Áreas Operacionais.

Figura 3 - Organograma da Empresa



3.3.2.2 Aspetos relacionados com os trabalhadores

Segundo o artigo 28.º da Lei n.º 50/2012, o estatuto do pessoal das empresas é o do regime do contrato individual de trabalho (sendo assim o mesmo regulado pelo direito privado), havendo lugar a exercício de funções por parte de trabalhadores que exercem funções públicas através de acordo de cedência de interesse público, aplicando-se, então, as regras de direito administrativo.

Note-se que, os direitos e regalias dos trabalhadores que transitaram em regime de cedência mantêm-se inalterados. Além disso, a transição para a nova estrutura agregada aconteceu numa base voluntária.

A Empresa Intermunicipal implementa ainda políticas de recursos humanos orientadas para a sua valorização e promoção da igualdade (em conformidade com o artigo 50.º do DL n.º 133/2012).



Nesta fase de arranque da Empresa houve um processo de recrutamento e formação de novos colaboradores. Durante o ano de 2020 transitaram 34 colaboradores das Câmaras Municipais para a APIN.

3.4 Caracterização da Situação Atual

A acessibilidade física e a taxa de atendimento do serviço de abastecimento de água e do serviço de gestão de resíduos urbanos e a qualidade da água são globalmente boas, havendo alguns Municípios com baixas taxas de atendimento do serviço de saneamento de águas residuais.

No conjunto dos 11 Municípios existiam, a 31 de dezembro de 2020, 227 captações, 2.793 km de redes, 418 reservatórios e 67 estações elevatórias de abastecimento de água.

Nos sistemas de saneamento existiam 702 km de redes, 41 ETAR, 42 fossas sépticas coletivas e 56 estações elevatórias.

Os resíduos urbanos contavam com 11.227 contentores e 16 viaturas.

4 REGULAÇÃO

A atividade da APIN está sujeita à regulação económica por parte da ERSAR e rege-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como pelo Contrato de Gestão Delegada. As disposições legais e estatutárias, assim como o Contrato de Gestão Delegada, estabelecem obrigações mínimas do serviço público, definem o plano de investimentos.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais.

A atividade da APIN, de exploração de sistemas de titularidade municipal, obedece ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual.

4.1 Regulamento de Serviço APIN

Pretende-se que a gestão da APIN seja realizada de acordo com os normativos nacionais e internacionais, de modo a assegurar um correto cumprimento do objeto da Empresa.

O regulamento de serviço constitui o principal instrumento que regula as relações entre a Entidade Gestora e os utilizadores, pelo que deve conter, de forma clara e detalhada, o conteúdo e a forma de exercício dos direitos e deveres dos utilizadores, por força do dever de informação que impende sobre o prestador de serviços públicos essenciais, nos termos do disposto no artigo 5.º da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 12/2008, de 26 de Fevereiro, designada por Lei dos Serviços Públicos Essenciais.

Tal como disposto no n.º 8 da Cláusula 12.ª do Contrato de Gestão Delegada e até que seja aprovado o regulamento definitivo, mantém-se em vigor, com aplicação a todo o Sistema, o regulamento de serviço vigente à data do termo do Período de Transição num dos Municípios da área territorial abrangida escolhido pela Entidade Gestora, em tudo o que não seja contrariado pelo Contrato de Gestão Delegada e pela lei.

O regulamento de serviço escolhido pela Entidade Gestora para aplicar até ser aprovado o regulamento definitivo foi o do Município de Góis. Assim, e até à entrada em vigor do regulamento de serviço proposto pela Empresa, é aplicável o regulamento do Município de Góis, em tudo quanto não contrarie as condições definidas no contrato de gestão delegada.



4.2 Regulação Económica

A atividade da APIN está regulada e sujeita à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

A intervenção da ERSAR em matéria económica, vai desde a fixação das tarifas e os rendimentos tarifários, à verificação da conformidade com o regulamento tarifário. Para além da fixação de tarifas e rendimentos tarifários, a ERSAR define cenários de eficiência produtiva e aprova o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais registam nas respetivas contas do exercício.

4.3 Regulação da Qualidade do Serviço

A APIN está sujeita à intervenção da ERSAR quer em termos de qualidade de serviço quer no controlo da qualidade da água para consumo humano.

Desta regulação, resulta o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis. Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, na redação atual, a APIN deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação. No cumprimento da legislação, a APIN implementa o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes. Em junho de 2020, o PCQA de 2020 da APIN foi aprovado pela ERSAR.

4.4 Política de Privacidade

Para exercer a sua atividade, a APIN recolhe e processa dados pessoais de vários titulares, nomeadamente clientes, colaboradores, fornecedores, entre outros. O objetivo desta Política é descrever as orientações da APIN para garantir a proteção dos dados pessoais de todos os que interagem com a nossa Empresa. Este documento apresenta orientações para agir com integridade e em conformidade com os requisitos regulatórios no âmbito da proteção dos dados, devendo ser respeitado por todos os colaboradores da APIN.

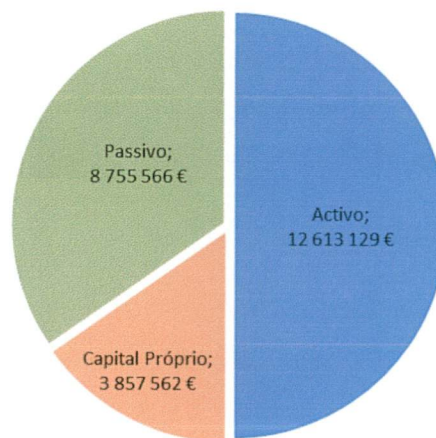
5 INDICADORES DO ANO 2020

No presente capítulo é apresentada informação relativa a quatro aspetos fundamentais da gestão, designadamente: posição económico-financeira, contratação pública, candidaturas a fundos não reembolsáveis e recursos humanos.

5.1 Posição Económico-Financeira

A posição Económico-Financeira da Empresa a 31 de dezembro de 2020 foi a seguinte:

Gráfico 1 – Balanço de 2020



A APIN apresentou um total de Balanço de € 12,6 milhões.

O Capital Próprio cifrou-se em € 3,9 milhões, que contempla € 1,1 milhões de Capital Social, € -84,6 mil de Resultados Transitados, € 2,6 milhões de Outras Variações do Capital Próprio e € 217,3 mil de Resultado Líquido do Período.

O total do Passivo foi de € 8,8 milhões.

5.2 Aprovisionamento - Contratação Pública

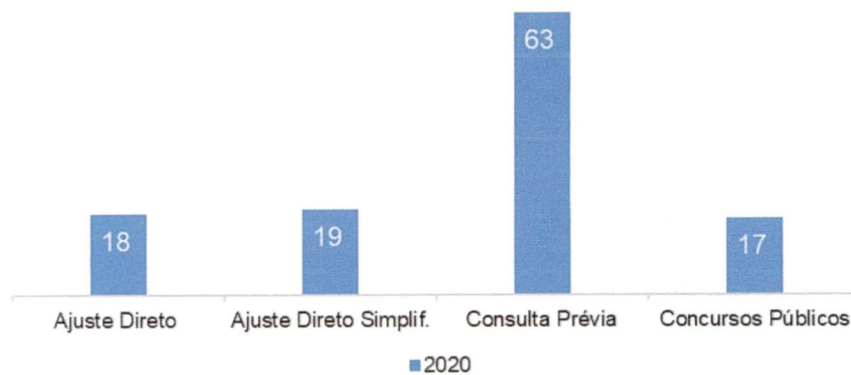
Na aquisição de bens/serviços, locação e empreitadas, a APIN rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, utilizando a plataforma eletrónica ACINGOV para o desenvolvimento dos vários tipos de procedimento, garantindo a transparência efetiva sobre todas as suas compras relevantes. A contratação pública permite à APIN uma melhor alocação dos seus recursos financeiros, gerando uma poupança no ato de contratação.

Ao longo do ano de 2020 foram tramitados diversos procedimentos de contratação, nas mais variadas vertentes, no sentido de assegurar o normal funcionamento da Empresa.

De forma a transmitir uma ideia mais abrangente da vertente da contratação pública, ao longo do ano de 2020 foram desenvolvidos 117 procedimentos de contratação no valor de € 4,04 milhões, dos quais 8 dizem respeito a empreitadas, 103 a aquisições de bens e/ou prestações de serviços e 6 a locação de bens móveis.

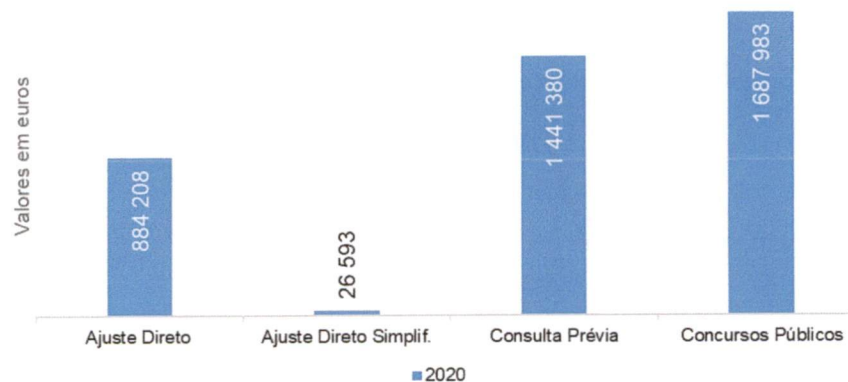
No gráfico seguinte, apresenta-se o número de adjudicações contratualizadas por tipo de procedimento:

Gráfico 2 - Número de adjudicações por tipo de procedimento



No gráfico seguinte, apresenta-se os valores contratualizados por tipo de procedimento:

Gráfico 3 - Valor dos procedimentos de contratação por tipo de procedimento



Nos gráficos acima é possível constatar que a maior fatia da despesa respeita a Concursos Públicos no valor de € 1,69 milhões, sendo que ao nível da quantidade, as adjudicações por Consulta Prévia, representam cerca de 53,8% do total das contratações.

As adjudicações por Concursos Públicos e por Consulta Prévia representam cerca de 77% do total de adjudicações efetuadas no ano de 2020.

5.3 Recursos Humanos

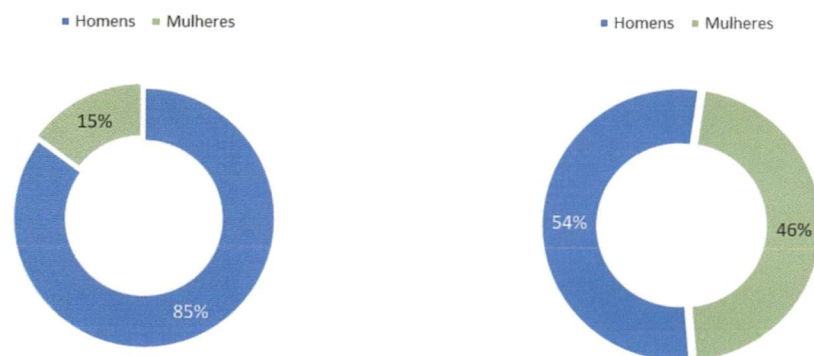
A 31 de dezembro de 2020 estavam ocupados 161 postos de trabalho. Os 161 colaboradores estão distribuídos por género e por Direção, da seguinte forma:

Quadro 3 - Colaboradores por género e por direção

Direção	Homens	Mulheres	Total
Estrutura	2	1	3
Direção Administrativa e Financeira / Comercial	20	18	38
Direção Exploração e Manutenção	111	3	114
Direção Engenharia e Qualidade	4	2	6
Total	137	24	161

A análise dos Recursos Humanos no que respeita ao género revela uma maior representação do género masculino nas atividades de cariz mais operacional. Nas atividades associadas à estrutura da Empresa (administrativas), a representação é mais equilibrada, tal como se pode verificar nos seguintes gráficos:

Gráfico 4 - Distribuição por género do total de colaboradores Gráfico 5 - Distribuição por género em funções administrativas





A maioria dos colaboradores da APIN desempenha funções nas áreas de operação e manutenção. O facto de existirem muito poucas mulheres em funções enquadradas nas áreas de operação e manutenção influencia significativamente a estatística global.

A média de idades dos colaboradores da APIN, à data de 31 de dezembro, era de 44 anos, distribuída pelos seguintes níveis etários:

Quadro 4 - Idade dos colaboradores por escalões etários

Escalões Etários	Homens	Mulheres	Total
<20	2	0	2
21-29	8	3	11
30-39	33	6	39
40-49	42	13	55
50-59	40	2	42
>60	12	0	12
Total	137	24	161

5.4 Candidaturas a Fundos Comunitários

O POSEUR prevê no Eixo Prioritário 3, o objetivo otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes, garantindo a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas, no âmbito do Ciclo Urbano da Água, que inclui a Prioridade de Investimento (PI) 6.ii. – “Investimento no sector da água para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros”. Neste sentido, a Comissão Diretiva do POSEUR entendeu proceder à abertura do Aviso em contínuo com o código POSEUR-12-2017-05, destinado à otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes, garantindo a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas, no âmbito do ciclo urbano da água, o qual se encontra previsto no calendário de Avisos e foi aprovado pela CIC SEUR e que teve apreciação favorável da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC).

As tipologias de operações passíveis de apresentação de candidaturas, no âmbito do Aviso referido são as que se encontram previstas nas subalíneas iii) e iv) da alínea a) e nas subalíneas i), iii) e v) da alínea b) do artigo 95º do Regulamento Específico para o domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR), abrangendo infraestruturas de “Abastecimento de Água” e de “Saneamento de Águas Residuais”.



A 31 de dezembro de 2020 a APIN tinha 40 candidaturas aprovadas, tal como se apresenta no quadro que se segue:

Quadro 5 - Candidaturas aprovadas pelo POSEUR por concelho

N.º Candidaturas aprovadas				
Concelho	AA	AR	RU	Total
Alvaiázere	-	2	-	2
Ansião	-	2	-	2
Castanheira de Pera	1	2	-	3
Figueiró dos Vinhos		1	-	1
Góis	-	1	-	1
Lousã	7	3	1	11
Pampilhosa da Serra	-	2	-	2
Pedrógão Grande	-	5	-	5
Penacova	1	3	-	4
Penela	-	1	-	1
Vila Nova de Poiares	-	4	1	5
Alvaiázere e Figueiró dos Vinhos	-	1	-	1
APIN - 11 Municípios	1	-	1	2
Total	10	27	3	40

Do total das candidaturas submetidas pela Empresa até à data, destacam-se as 3 candidaturas aprovadas no decorrer do ano de 2020:

- POSEUR -11-2019-29 - BIO-APIN - BIO-APIN - Recolha seletiva de biorresíduos nas freguesias da Lousã e SIC-APIN - Sistema intermunicipal de compostagem da APIN;
- POSEUR-11-2019-25 - Projeto piloto Porta-a-Porta (PaP) em Vila Nova de Poiares;
- POSEUR-12-2018-18 - Controlo e Redução de Perdas nos Sistemas de Distribuição e Adução de Água da APIN.

As 40 candidaturas aprovadas refletem um investimento de cerca de € 37,2 milhões, valor estimado ainda sem o impacto das revisões de projeto, ao qual corresponde um apoio comunitário de € 22,3 milhões, discriminados por tipologia, de acordo com o seguinte quadro:

Quadro 6 - Candidaturas aprovadas pelo POSEUR por tipologia

Tipologia	Valores Aprovados a 31/12/2020			
	Custo Total	Elegível	Fundo Coesão	
AA	Fecho de Sistemas	936 914 €	759 551 €	645 618 €
	Qualidade da Água (ETA)	268 865 €	268 865 €	228 535 €
	Redução de Perdas	4 484 283 €	3 322 712 €	1 761 038 €
	Subtotal	5 690 062 €	4 351 128 €	2 635 190 €
AR	Fecho de Sistemas	21 856 830 €	16 110 436 €	13 693 870 €
	Redução da Poluição	6 826 660 €	4 682 664 €	3 980 265 €
	Renovação de Sistemas	605 021 €	290 669 €	247 069 €
	Subtotal	29 288 511 €	21 083 769 €	17 921 204 €
RU	Bioresíduos	810 058 €	726 763 €	617 748 €
	Porta-a-Porta	86 413 €	65 313 €	55 516 €
	Compostagem	1 293 437 €	1 293 437 €	1 099 421 €
	Subtotal	2 189 908 €	2 085 513 €	1 772 686 €
TOTAL	37 168 481 €	27 520 409 €	22 329 080 €	

5.5 Candidatura ao Fundo Ambiental

O Fundo Ambiental abriu um programa destinado a disponibilizar aos Municípios financiamento a fundo perdido para a elaboração de um diagnóstico que conduza à definição de um plano de ação e de investimento para a operacionalização da recolha seletiva de biorresíduos conducente à sua valorização, seja através da implementação de uma rede de recolha seletiva de biorresíduos seja pela separação e reciclagem na origem através da implementação da compostagem doméstica ou comunitária, alinhados com a estratégia definida ou a definir pelos sistemas de gestão de resíduos urbanos, contribuindo assim para apoiar políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

A 30 de maio de 2018, foi aprovada a Diretiva (EU) 2018/851 do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2008/98/CE relativa aos resíduos, que veio estabelecer a obrigatoriedade dos Estados Membros assegurarem, até 31 de dezembro de 2023, que os biorresíduos são separados e reciclados na origem ou recolhidos seletivamente, a fim de evitar o tratamento de resíduos que relega os recursos para os níveis mais baixos da hierarquia de gestão dos resíduos, por exemplo aterro, e permitir uma reciclagem de elevada qualidade de forma a impulsionar a utilização de matéria-prima secundária de qualidade.

O quadro 4, constante no Despacho n.º 8457/2020, de 11 de agosto de 2020, identificado como “Projetos definidos pelo presente despacho – despesa do Fundo Ambiental em 2020”, estabeleceu o valor de € 1,4 milhões para apoiar a temática dos resíduos e economia circular, no

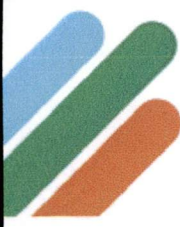
âmbito do apoio aos Municípios a realizar estudos integrados para análise das melhores soluções para a recolha seletiva de biorresíduos ou de reciclagem na origem.

A dotação máxima por Município para este Programa de Apoio à Elaboração de Estudos Municipais para o Desenvolvimento de Sistemas de Recolha de Biorresíduos”, foi de € 5 mil. Neste sentido a APIN submeteu uma candidatura integrando os onze Municípios, no valor de € 55 mil, tendo esta sido aprovada.

6 OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Os principais acontecimentos e fatores que influenciaram a performance da Empresa foram os seguintes:

- a) O processo de integração de onze bases de dados de consumidores, todas com especificidades e métodos de faturação distintos, verificou-se complexo, sobretudo por ter de ser executado num curto espaço de tempo;
- b) Ao abrigo do Contrato de Gestão Delegada foi celebrado um protocolo entre os Municípios e a APIN, que visava disponibilizar à APIN os recursos e meios necessários para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos;
- c) Para dar resposta à preocupação em atenuar o impacto no orçamento das famílias e empresas, com o aumento do encargo mensal com os serviços de água, saneamento e resíduos, encetaram-se esforços, junto do Governo e da entidade reguladora do setor, na defesa de tarifários mais equitativos. Tendo conseguido ver reconhecida, por estas entidades, a necessidade de redefinir os tarifários, tendo em conta a especificidade do território e a realidade socioeconómica da região. Em março de 2020, a APIN obteve consentimento para uma revisão tarifária com aplicação retroativa - desde 1 de janeiro de 2020. As novas tarifas garantem uma significativa redução de custos dos serviços, tanto para os consumidores domésticos, como para o comércio e indústria;
- d) Face ao estado de emergência nacional para combater a crise epidemiológica que assolava o país, a APIN e respetivos Municípios implementaram medidas excecionais entre os meses de fevereiro e abril de 2020. Com efeito, procedeu-se a uma redução significativa do tarifário em vigor, flexibilizou-se o pagamento das faturas e os cortes de água. Para os consumidores domésticos aplicou-se a isenção das tarifas fixas, bem como o alargamento da tarifa do primeiro escalão até aos 15 m³ e a redução do preço unitário da tarifa variável dos resíduos urbanos. Aos Consumidores não domésticos, nomeadamente ao comércio, serviços e indústria, foi aplicado um desconto de 80% no valor total da fatura;
- e) Em junho de 2020 teve lugar a Cerimónia de Assinatura dos Contratos de Financiamento do POSEUR, no âmbito do ciclo urbano da água. O evento contou com a presença do Ministro do Ambiente e Ação Climática Ministro, João Matos Fernandes e da Diretora do POSEUR, Helena Azevedo. Nesta sessão o Ministro do Ambiente reforçou a importância da agregação de Municípios;





- f) Em julho de 2020, procedeu-se à eleição de um novo Conselho Administração, passando este a ser composto pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Lousã, Luís Antunes (Presidente), a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, Célia Marques (Vogal) e o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Penela, Luís Matias (Vogal);
- g) O processo de faturação sofreu atrasos essencialmente devido a duas alterações efetuadas ao tarifário que contribuíram para reduzir as tarifas aplicadas. Assim, foi necessário implementar um processo de regularização e normalização da faturação tendo-se reduzido o espaço temporal entre a data do consumo e do envio da fatura. Paralelamente a esta medida, procedeu-se ao alargamento do prazo limite para liquidação das faturas, que passou a ser superior a 30 dias. Esta opção visava minorar o esforço financeiro mensal dos municípios;
- h) Com intuito de disponibilizar aos consumidores da APIN, do vasto território que serve, uma alternativa à loja de atendimento presencial, situada nas instalações da Empresa Intermunicipal, em Penela, a APIN abriu um posto de serviço de apoio ao cliente, no concelho da Lousã. Este surgiu da necessidade de prestar um serviço de atendimento de proximidade ao cliente e serviu de experiência piloto, tendo-se revelado positiva, levou a APIN e outros Municípios a apostarem na abertura de postos em mais concelhos que integram o Sistema;
- i) Ao longo de 2020 a APIN procedeu a obras de manutenção e requalificação nos edifícios onde foram instalados os Polos Operacionais da Lousã, Pampilhosa da Serra e Penela. Foi, igualmente, possível colocar em funcionamento os Centros Operacionais nos



concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pedrógão Grande e Vila Nova de Poiares;

- j) Confrontada com a possibilidade de retirar a taxa de IVA nos serviços de saneamento e resíduos, a APIN questionou formalmente a Autoridade Tributária sobre este assunto. Em resposta obteve-se orientações no sentido de não aplicar IVA nos referidos serviços. Em dezembro de 2020 a APIN deu assim início a operacionalização e reprogramação do sistema gestão para implementar processo de devolução dos valores cobrados em 2020. De sublinhar que o valor de IVA não revertia para a APIN, assim mediante informação vinculativa, por parte da Autoridade Tributária, a APIN deixou, no imediato, de aplicar este imposto.

7 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE

7.1 Linhas Estratégicas

Tendo em vista o cumprimento da missão, da visão e dos objetivos da APIN, serão garantidas as condições financeiras que permitam a sustentabilidade operacional da Empresa, nomeadamente ao nível dos custos de exploração e investimento.

Sem comprometer os pressupostos que conduziram à criação da Empresa e que delimitaram os objetivos definidos, os órgãos executivos irão procurar implementar medidas que irão contribuir para as orientações estratégicas assim explanadas:

- Garantir uma maior eficiência no uso de recursos, nomeadamente através da aposta nas energias renováveis, prevenindo a poluição dos meios recetores e minimizando os impactes ambientais associados à atividade;
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão da Empresa;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável;
- Reduzir as perdas de água aumentando os níveis de eficiência na gestão do recurso da água;
- Diminuir as aflúncias indevidas à rede de saneamento, nomeadamente as águas pluviais;
- Prestar um serviço de alta qualidade, assente no estabelecimento de uma cultura de melhoria contínua que consolida a gestão dos processos e que promova a eficiência do desempenho e modelo de gestão;
- Aumentar a eficiência na gestão, através de um conjunto de ferramentas que permitam a otimização de circuitos, a gestão de frotas e a gestão da caracterização de resíduos;
- Investir no desenvolvimento dos colaboradores;
- Garantir a igualdade de oportunidades;
- Garantir a segurança e saúde no trabalho;
- Garantir a acessibilidade económica das famílias, através de prática de tarifário sustentável (tarifário social e familiar).

8 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Em consonância com a estrutura organizacional, foi dimensionada a estrutura de pessoal, tendo em consideração:

- O pessoal afeto aos serviços de águas e resíduos em cada Município;
- As necessidades específicas da estrutura agregada;
- A otimização e eficiência dos serviços.

Adicionalmente, atendeu-se à organização regional, adequando a estrutura funcional aos diferentes níveis de descentralização – Polos e Centros Operacionais.

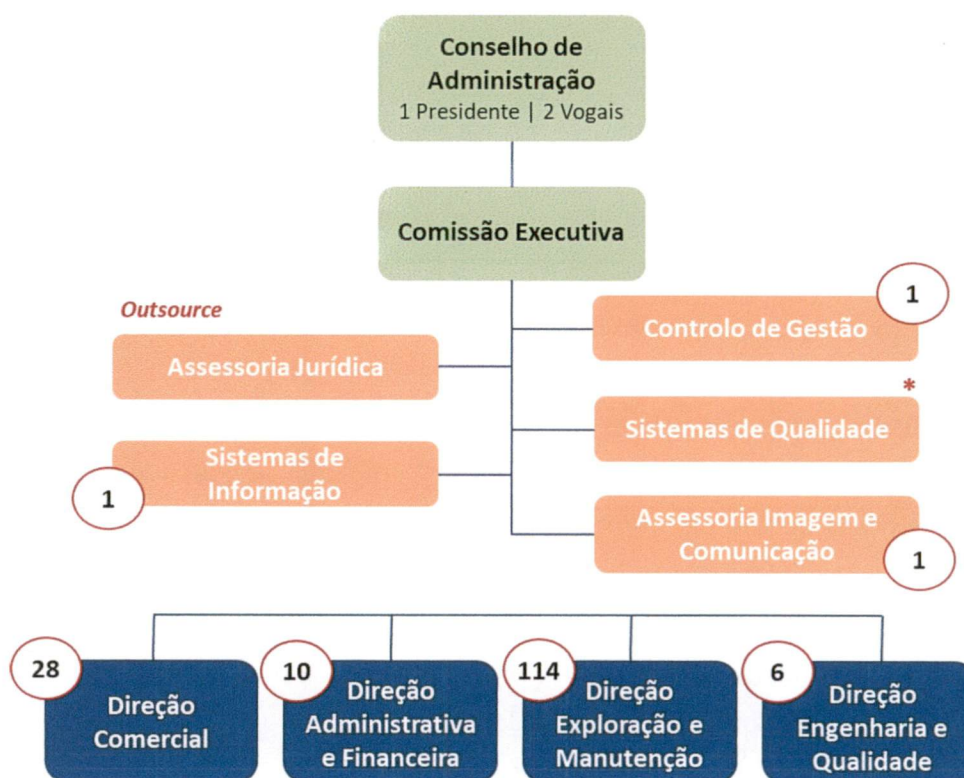
Assim, o número de postos de trabalho ativos a 31 de dezembro de 2020, detalham-se da seguinte forma:

- Sede: 32 colaboradores;
- Polos Operacionais: 61 colaboradores;
- Centros Operacionais: 68 colaboradores.



Até 31 de dezembro de 2020 estavam ocupados 161 postos de trabalho, distribuídos da seguinte forma:

Figura 4 - Número de colaboradores



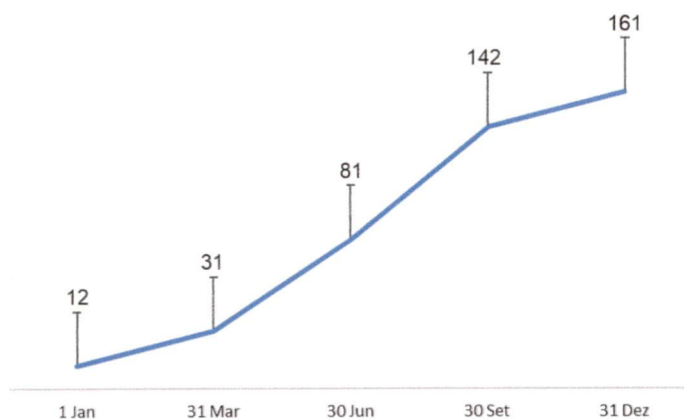
* acumula funções na Direção de Engenharia e Qualidade

No ano de 2021 proceder-se-á à contratação de Recursos Humanos de modo a completar o organograma previsto inicialmente.

A estrutura dos Recursos Humanos da APIN resultou da integração de trabalhadores do conjunto dos 11 Municípios, em regime de “Acordo de Cedência por Interesse Público”, e da contratação de técnicos especializados com o intuito de fortalecer as competências da atividade operacional da Empresa e também de suporte à Administração.

O gráfico seguinte apresenta o número de colaboradores no início do ano de 2020 e também por trimestre, até 31 de dezembro de 2020.

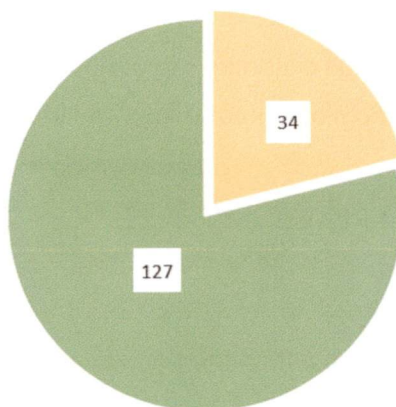
Gráfico 6 - Evolução da estrutura de recursos humanos



Atualmente existem três tipos de contrato: acordo de cedência, contrato a termo e contrato sem termo. O número de trabalhadores no final de dezembro de 2020, por tipo de contrato, encontrava-se assim repartido:

Gráfico 7 - Colaboradores por tipo de contrato de trabalho

■ Acordos de cedência
 ■ Contrato Individuais de Trabalho



9 PROJETOS ESTRUTURANTES

No capítulo que se segue, identificamos os projetos estruturantes da APIN que se encontram em fase de desenvolvimento ou em fase de Estudo.

9.1 Abastecimentos de Água

➤ Eficiência Hídrica - redução de perdas de água

A APIN irá lançar em 2021 um projeto na área da Eficiência Hídrica integrado no Plano Estratégico de Controlo de Perdas do Sistema de Abastecimento de Água. Este investimento, de cerca de € 4 milhões, é transversal a todos os concelhos que integram a APIN e tem como objetivo primordial reduzir perdas nos sistemas de distribuição e adução de água. Está prevista a instalação de medidores de nível nos reservatórios e medidores de pressão nas zonas de monitorização e controlo (ZMC) instaladas nas redes de distribuição, bem como a substituição de condutas com perdas elevadas e o uso de software de telemetria (para a monitorização de perdas e fugas) e o software de otimização de programas de receção de perdas e fugas.

Está, assim, contemplada a introdução de equipamentos de controlo, medição e telegestão para a antecipação de fugas de água.

A aposta na eficiência hídrica é uma necessidade urgente a nível global. Até chegar ao consumidor final, há uma grande quantidade de água que se perde (estima-se entre os 50% e 60%), por exemplo, através de fissuras ou roturas que possam surgir durante o transporte.

Com este projeto pretende-se evitar essas fugas de água, antecipando-as, e reduzir consideravelmente as perdas nos sistemas de distribuição, o que se traduz numa maior qualidade do serviço prestado aos Municípios e num menor desperdício de água.

➤ Central gestão de operações e telegestão APIN

A APIN está em fase de implementação de uma Central de Gestão de Operações que prevê a monitorização e garante o eficaz funcionamento da telegestão. As redes de abastecimento de água são caracterizadas por várias instalações geograficamente distribuídas pelo Sistema APIN.

A telegestão consiste num sistema de monitorização e controlo à distância, e em tempo real, das instalações de abastecimento. A rede hidráulica é extremamente complexa, integra órgãos hidromecânicos associados ao controle das aduções à conduta de interligação das múltiplas origens de água que a aduzem, câmaras de válvulas, reservatórios de armazenagem, estações sobressoras e estações elevatórias e unidades de tratamento de água.



A equipa afeta a estas funções garante a receção e encaminhamento de participações de avarias, roturas e/ou interrupções de abastecimento de água, de todo o território APIN, ativando as equipas de piquete da APIN.

A Central de Gestão de Operações acompanha remotamente a atividade de todo o circuito e redes, analisando os desvios ao regular funcionamento, ajustando os parâmetros e despoletando alertas. É, assim, possível otimizar as deslocações das equipas de operação e manutenção aos locais, rentabilizando os meios e reduzindo custos.

A telegestão permite uma maior eficiência da exploração, controlo nas perdas e fugas de água e redução dos custos de exploração.

9.2 Gestão de Resíduos Urbanos

➤ Projeto Piloto - recolha de resíduos porta-a-porta

A Operação “Porta-a-Porta” (Vila Nova de Poiares - Município piloto) pretende implementar um sistema de recolha seletiva e incentivar e sensibilizar os munícipes a separar os resíduos nas suas habitações.

A desenvolver na Freguesia de Lavegadas, no Município de Vila Nova de Poiares, o projeto piloto “Porta-a-Porta”, aprovado pelo POSEUR, aplica-se a 196 alojamentos, 67 empresas da zona industrial e 67 edifícios de comércio local.

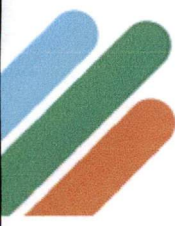
Para a sua implementação está prevista a aquisição de três contentores para armazenamento de resíduos e investimento em viatura para a recolha seletiva de resíduos urbanos e capacitação/formação aos munícipes para a adesão ao sistema de recolha porta-a-porta.

➤ Bio Resíduos - recolha seletiva de lixo orgânico no concelho da Lousã – Projeto Piloto

O projeto de recolha seletiva de bio resíduos tem como objetivo a valorização orgânica de resíduos urbanos biodegradáveis.

Este investimento a implementar no Município da Lousã, visa disponibilizar aos munícipes uma alternativa para gerir os resíduos orgânicos que produzem nas suas habitações e evitar a sua deposição em aterros, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente territorial.

A operação que terá como custo total o valor de aproximadamente € 810 mil (o apoio do Fundo de Coesão corresponde a 85% do valor elegível) prevê a aquisição de eco boxes (contentores de proximidade) de 360 litros, baldes domésticos de 5 litros, contentores de 140





litros para utilizadores não domésticos (estabelecimentos de restauração e bebidas e hotelaria, nos quais a recolha se realiza porta-a-porta) e de viaturas para recolha seletiva de bio resíduos.

➤ Sistema de compostagem doméstica para reduzir lixo em aterros

Tendo em vista a diminuição da quantidade de resíduos orgânicos em aterros, pretende-se implementar um programa de compostagem doméstica e comunitária em todos os Municípios, através da distribuição de 27.504 compostores domésticos de 310 litros pelos alojamentos e de 116 compostores comunitários de 660 litros em estabelecimentos de ensino, IPSS e centros operacionais da APIN.

Através da compostagem doméstica, a APIN prevê a transformação de resíduos orgânicos num composto rico em nutrientes, 100% natural, que pode ser utilizado como fertilizante orgânico, melhorando a composição e estrutura do solo e possibilitando a substituição de alguns fertilizantes químicos.

A operação contempla, ainda, a formação dos munícipes para a compostagem doméstica para facilitar e motivar os utilizadores do equipamento.

O custo total do investimento será de cerca de € 1,3 milhões, tendo como apoio do Fundo de Coesão o correspondente a 85%.





10 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A atual situação de crise a nível global com a pandemia da COVID-19 incorpora riscos significativos para a economia e sociedade, mantendo-se um nível de incerteza sobre a duração da crise epidémica em si e os impactos económicos de longo prazo que daí resultarão.

Segundo o Banco de Portugal e INE, as medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB na primeira metade do ano.

As projeções assumem que as restrições serão gradualmente retiradas a partir do primeiro trimestre de 2021, embora a atividade fique condicionada até ao início de 2022, altura em que uma solução médica eficaz estará plenamente implementada. A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação.

A APIN iniciou a sua atividade num ano particularmente difícil, de agravamento da situação macroeconómica a nível nacional e a nível mundial, fruto do surto pandémico COVID-19. Ainda que não se conheçam os indicadores definitivos, assistiu-se em 2020 a uma forte contração da economia portuguesa em resultado do choque económico provocado pela pandemia COVID-19 e das medidas de contenção implementadas. Neste contexto, assistiu-se a uma queda abrupta na taxa de variação real do PIB para 6,9%, a maior contração que há registo nas últimas décadas. Antecipa-se que o impacto tenha fortes repercussões em 2021.

O consumo privado deverá reduzir-se em 4,3%, após registar um crescimento superior a 2% durante seis anos consecutivos (2,4% em 2019). A redução, que deverá ser mais acentuada na componente de bens duradouros, reflete a diminuição esperada no rendimento disponível das famílias.

A procura externa líquida registou um contributo de -1,8% para a variação em volume do PIB (-0,4% em 2019). O contributo da procura interna diminuiu para -5,1% (2,7% em 2019), refletindo o crescimento menos intenso do consumo privado.

A pandemia tem tido um efeito negativo na procura externa relevante para as exportações portuguesas em 2020, com uma redução estimada em 15,4% nas exportações, após registar-se um crescimento de 3,7% em 2019. Parte deste efeito reflete uma redução nas exportações de serviços do setor do turismo, onde o impacto da pandemia foi bastante rigoroso.

Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), recuou 0,2%, após registar um crescimento de 0,3% em 2019. Por seu lado, o deflator do PIB desacelerou para 1% (1,7% em 2019), refletindo, em parte, a queda esperada



no preço do petróleo, com impacto significativo no deflator das importações que mais do que compensa a quebra do deflator do consumo privado.

Para 2021, projeta-se uma recuperação significativa do crescimento do PIB (+4,3%), por via de um aumento da procura externa e de um maior dinamismo na procura interna, refletindo-se num contributo positivo do consumo privado e investimento. A atividade económica deverá recuperar para os níveis registados antes da pandemia, com a exceção de alguns setores da economia, como o turismo, para os quais a recuperação se antecipa mais lenta.

No quadro que se segue, apresentam-se os dados macroeconómicos perspetivados para a economia portuguesa:

Quadro 7 - Cenário macroeconómico 2020-2021

	INE	OE 2020 Suplementar	
	2019	2020 Estimativa	2021 Previsão
PIB e componentes da despesa (taxa de crescimento real, %)			
PIB	2,2	-6,9	4,3
Consumo privado	2,4	-4,3	3,8
Consumo público	0,7	3,1	-0,8
Investimento (FBCF)	5,4	-12,2	6,1
Exportações de bens e serviços	3,5	-15,4	8,4
Importações de bens e serviços	4,7	-11,4	7,0
Contributos para o crescimento do PIB (p.p.)			
Procura interna	2,7	-5,1	3,8
Procura externa líquida	-0,4	-1,8	0,4
Evolução dos preços (taxa de crescimento %)			
Deflator do PIB	1,7	1,0	0,4
Taxa de inflação (IPC)	0,3	-0,2	0,4
Evolução do mercado de trabalho (taxa de crescimento %)			
Emprego (ótica de Contas Nacionais)	1,0	-3,9	1,7
Taxa de desemprego (% da população ativa)	6,5	9,6	8,7
Produtividade aparente do trabalho	1,4	-3,1	2,5
Saldo das balanças corrente e de capital (% do PIB)			
Capacidade/Necessidade líquida de financiamento face ao exterior	1,0	0,3	0,6
Saldo da balança corrente	0,2	-0,6	-0,3
da qual: saldo da balança de bens e serviços	0,2	-0,7	-0,2
Saldo da balança de capital	0,8	1,0	0,9

Fontes: INE e Ministério das Finanças



11 ATIVIDADE DA EMPRESA

11.1 Indicadores de Atividade

11.1.1 Clientes

O número de utilizadores ligados aos vários serviços que a APIN gere determina-se pelo número de contratos que estão em condições de faturar.

A APIN tinha, a 31 de dezembro de 2020, 59,8 mil clientes ativos, ou seja, em condições de faturar, em que cerca de 18% dizem respeito ao Município da Lousã, como se observa no quadro abaixo:

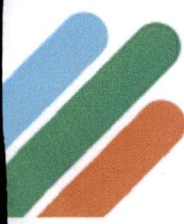
Quadro 8 - Clientes ativos

Município	Quantidade de Clientes	%
Alvaiázere	5 188	9%
Ansião	7 835	13%
Castanheira de Pera	2 525	4%
Figueiró dos Vinhos	4 308	7%
Góis	4 298	7%
Lousã	10 550	18%
Pampilhosa da Serra	4 631	8%
Pedrógão Grande	3 382	6%
Penacova	8 794	15%
Penela	3 776	6%
Vila Nova de Poiares	4 477	7%
Total	59 764	100%

Os clientes da APIN encontram-se caracterizados a nível de tipo de utilização, da seguinte forma:

Quadro 9 - Clientes ativos por tipo de utilização

Tipo de Utilização	Quantidade de Clientes	%
Doméstico	49 332	82,5%
Familiar 5 pessoas	102	0,2%
Familiar 6 pessoas	6	0,0%
Familiar 7 pessoas	2	0,0%
Social Doméstico	4 845	8,1%
Não Doméstico	4 020	6,7%
Estado	61	0,1%
Instituições	625	1,0%
Municípios	687	1,1%
Juntas de Freguesia	84	0,1%
Total	59 764	100%

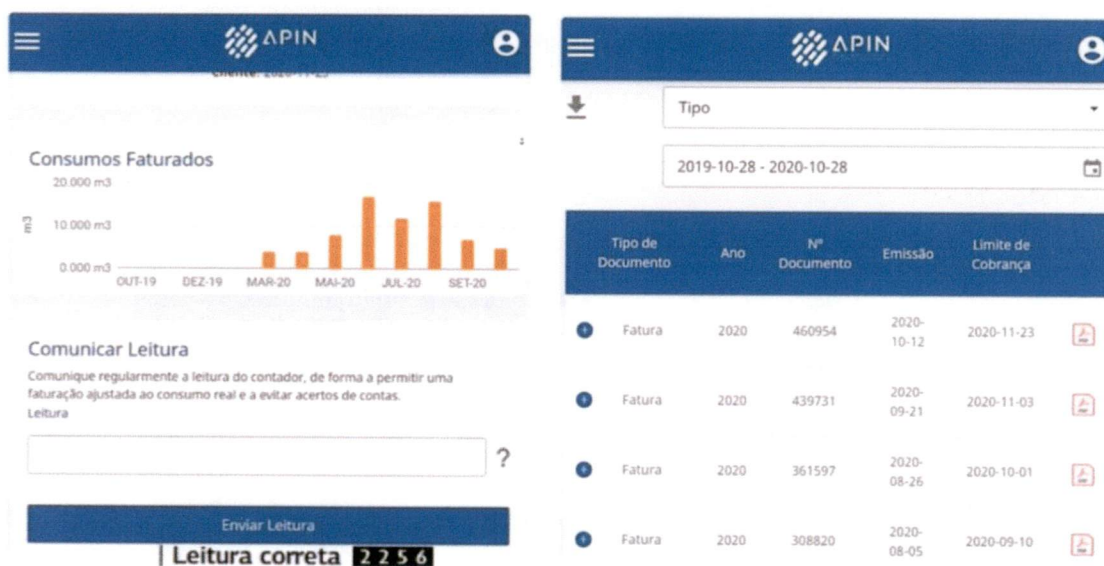
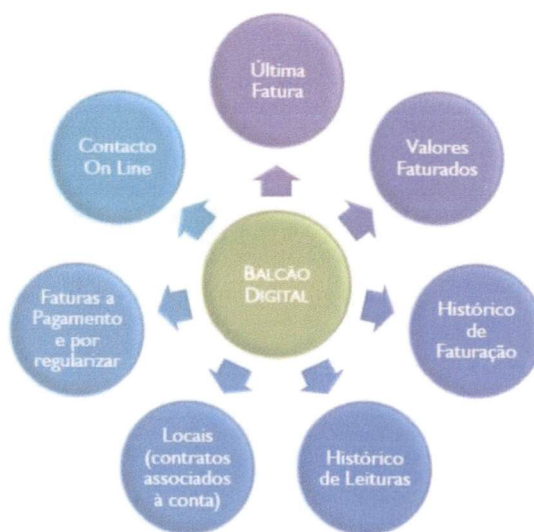


Os clientes domésticos representam cerca de 82,5% do total de clientes ativos a 31 de dezembro de 2020. Os tarifários sociais atribuídos superam os 8%.

11.1.2 Balcão Digital e Envio Eletrónico de Fatura

No balcão digital o cliente pode observar e interagir sobre os diferentes aspetos do seu contrato. No decorrer do ano de 2020 ganhou um crescente interesse suportado pela adesão à fatura eletrónica e pelo fornecimento de leituras por parte dos clientes, bem como, pela perceção dos consumos faturados, controlo das suas cobranças, entre outros.

Figura 5 - Balcão digital





No final de 2020, existiam 1.780 clientes ligados ao balcão digital, que representa cerca de 3% do total de clientes.

Até 31 de dezembro de 2020 aderiram ao envio eletrónico de fatura 4.055 clientes, representando cerca de 6,8% do total de utilizadores da APIN.

11.1.3 Reclamações

Durante o ano de 2020, foram registadas 806 reclamações, das quais 653 (81%), correspondem a reclamações efetuadas por carta ou por email, como se pode verificar de seguida:

Quadro 10 - Modo de efetuar a reclamação

Município	Carta / Email	Formulários CTT	Livro de Reclamações		ERSAR	Total
			Físico	Online		
Alvaiázere	48	5	1	6	7	67
Ansião	80	26	1	1	2	110
Castanheira de Pera	28	13	-	-	2	43
Figueiró dos Vinhos	40	19	-	-	4	63
Góis	47	1	-	-	7	55
Lousã	115	6	1	-	6	128
Pampilhosa da Serra	46	1	-	1	2	50
Pedrógão Grande	37	5	-	-	5	47
Penacova	127	5	-	-	5	137
Penela	37	13	3	-	3	56
Vila Nova de Poiares	49	-	-	-	2	51
Total	653	94	6	8	45	806

As reclamações mencionadas anteriormente estão caracterizadas da seguinte forma:

Quadro 11 - Tipo de reclamação

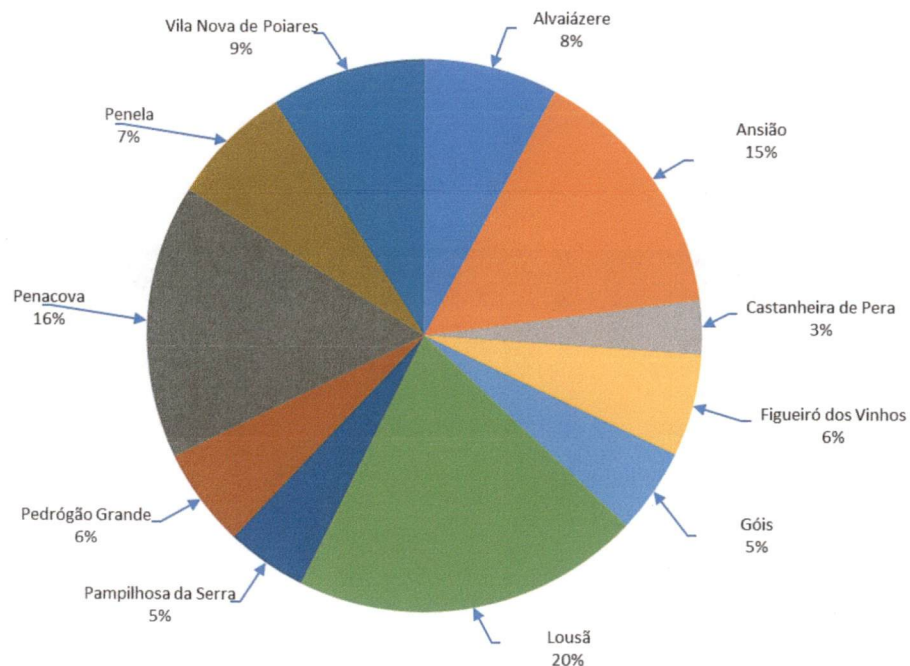
Tipo de Reclamação	Alvaiázere	Ansião	Cast. Pera	F. dos Vinhos	Góis	Lousã	Pamp. Serra	Pedrógão Grande	Penacova	Penela	V.N. Poiares	Total
Atendimento	4	10	1	2	1	10	4	3	8	4	3	50
Contratação	1	5	1	3	-	2	1	2	6	1	2	24
Leituras, Faturação e Cobrança	28	42	18	25	27	52	15	19	47	19	17	309
Ligação e	6	7	-	4	2	4	5	2	5	2	-	37
Disponibilidade	8	11	4	4	1	9	8	4	11	4	3	67
Qualidade da água	1	3	3	1	2	3	3	2	4	1	3	26
Qualidade do	4	2	2	3	2	4	2	-	3	1	1	24
Serviço	-	2	-	-	-	3	2	2	5	-	1	15
Resíduos	5	3	4	5	3	7	2	2	6	3	-	40
Urbanos	5	11	4	6	6	9	3	4	8	5	5	66
Tarifário	5	13	6	10	11	25	5	7	34	16	16	148
Total	67	109	43	63	55	128	50	47	137	56	51	806

11.1.4 Volumes fornecidos

Foram fornecidos no ano de 2020, 4.315.377 m³ de água. Os Municípios da Lousã e de Penacova apresentam os maiores consumos de água, com 20% e 16%, respetivamente. Por outro lado, o Município de Castanheira de Pera apresentou apenas 3% do total de consumo de água faturado.

Abaixo, pode-se verificar, os volumes fornecidos de água por Município em 2020.

Gráfico 8 - Volumes de água fornecidos



11.2 Abastecimento de Água

11.2.1 Volume aduzido à rede

No ano de 2020, foram aduzidos 9.806.930 m³ nos sistemas de abastecimento público de águas dos Municípios geridos pela APIN, dos quais 62,5% foram adquiridos à Águas do Centro Litoral, S.A., 23,8% à Águas do Vale do Tejo, S.A., 13,2% correspondem a captações próprias e 0,5% dizem respeito a aquisição de água em "alta" à Águas do Planalto, S.A., Município de Arganil e Município de Condeixa.

A distribuição de água aduzida à rede e os volumes totais por Município encontram-se no seguinte gráfico:

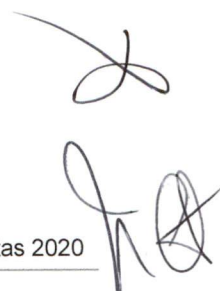
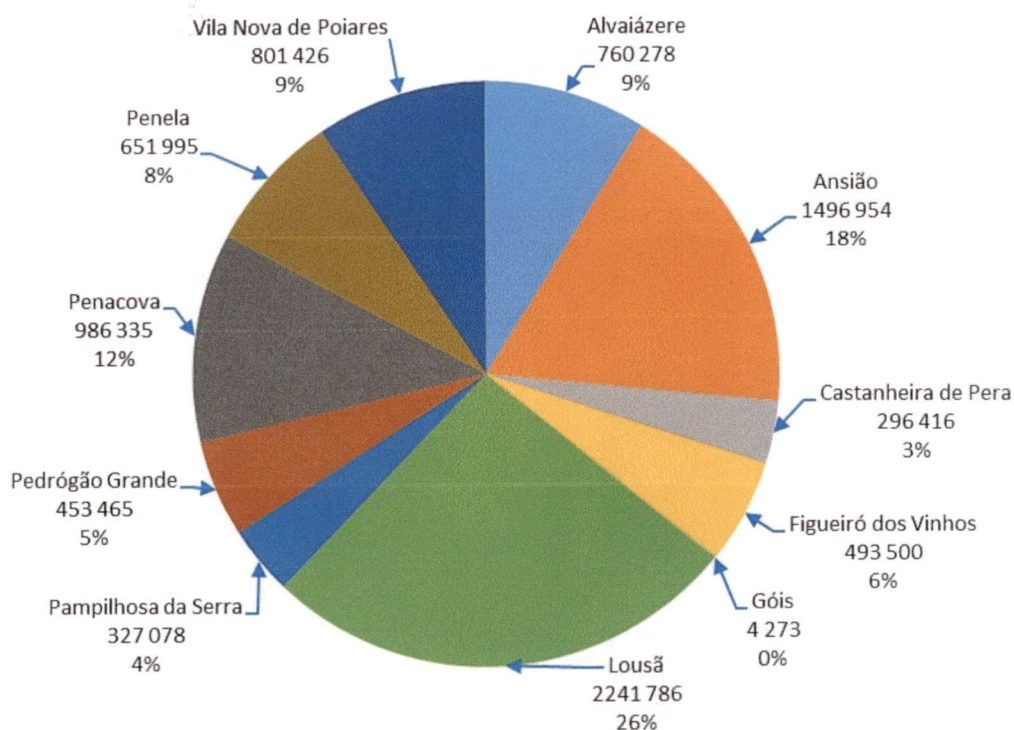


Gráfico 9 – Volumes totais de água adquirida em "alta"



O volume de água adquirido no Município da Lousã representa cerca de 26% do volume total adquirido em "alta". O Município de Góis, com 740.290 m³ representa cerca de 57,2% do total de captações de água (1.293.424 m³).

11.2.2 Avarias na rede

No que respeita às avarias de rede e de ramal, foram rececionadas 1.459 ocorrências durante o ano de 2020.

O maior número de avarias rececionadas foi no Município de Lousã, representando 15,8% das avarias totais. Este Município contempla 14,3% do total de km do sistema, sendo o Município com maior extensão de rede.

11.2.3 Interrupções de fornecimento programadas

No decorrer do ano de 2020 foram registadas 6 interrupções de fornecimento de água programadas.

As interrupções foram objeto de comunicação através do nosso site, com uma antecedência mínima de 48 horas, em conformidade com o previsto no DL 194/2009, de 20 de

agosto, bem como na página de *Facebook* da APIN e também com a colocação de editais nas ruas onde surgiram as interrupções de água.

11.2.4 Detecção de fugas

No âmbito da deteção de fugas, no que diz respeito às perdas de água que se manifestam através do aparecimento à superfície ou as “não visíveis” que são de mais difícil localização, a APIN adquiriu em novembro de 2020 equipamentos essenciais para a deteção e localização de fugas.



11.2.5 Qualidade da água

No âmbito do Plano de Controlo de Qualidade de Água, em 2020 foram efetuadas 14.913 análises da qualidade da água, das quais 185 ultrapassaram os valores paramétricos definidos na legislação, o que evidencia um bom desempenho da Empresa, com uma percentagem de cumprimento de 98,76%.

11.2.6 Ramais novos de abastecimento de água

Em 2020, foram executados 129 novos ramais de abastecimento de água e existiram também intervenções de renovação e ampliação da rede de abastecimento.

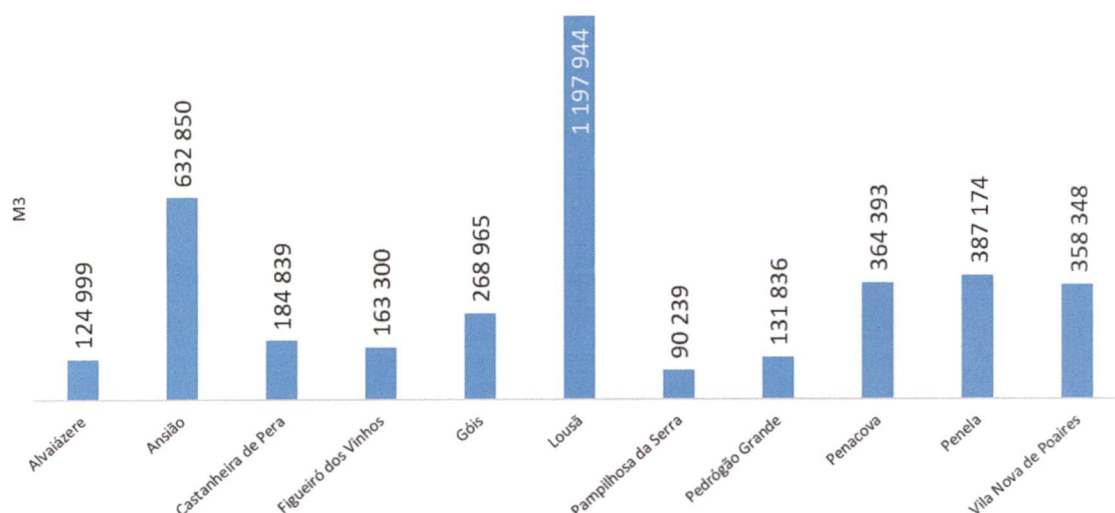


11.3 Saneamento de Águas Residuais

11.3.1 Volumes recolhidos nas redes de saneamento

Nas operações de saneamento de águas residuais foram recolhidos e enviados para tratamento 4.775.341 m³ de efluentes dos quais 67,2% à Águas do Centro Litoral, S.A., 14,6% à Águas do Vale do Tejo, S.A. e 18,2% para ETAR próprias.

Gráfico 10 - Efluente entregue em "alta"



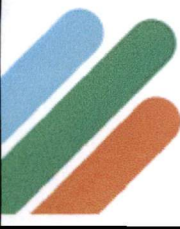
O volume recolhido no Município da Lousã representa cerca de 30,7% do volume total recolhido em "alta" nas redes de saneamento.

O Município da Lousã, com 473.713 m³ representa cerca de 54,4% do total de volume recolhido nas ETAR próprias (870.454 m³).

11.3.2 Quantidade e volumes recolhidos em fossas

O serviço de limpeza de fossas sépticas particulares inclui-se na atividade de saneamento de águas residuais. As fossas sépticas, enquanto instalações particulares, individuais ou coletivas de disposição de águas residuais urbanas, estão largamente disseminadas pela área de intervenção da APIN. O seu adequado funcionamento, nomeadamente quanto ao destino final das lamas, deve ser devidamente acautelado, na medida em que pode constituir um problema ambiental relevante ou mesmo de saúde pública.

Durante o ano de 2020 foram executadas um total de 2.558 limpezas de fossa e foram recolhidos 18.484 m³ de lamas.



O elevado número de serviços efetuados no Município de Vila Nova de Poiares deve-se essencialmente à baixa cobertura de rede de saneamento deste Município e também com as afluências indevidas no período de inverno.

Quadro 12 - Limpeza de fossas realizadas e respetivos volumes

Município	N.º de limpezas de fossas	Volumes recolhidos (m3)
Alvaiázere	110	1 045
Ansião	258	1 392
Castanheira de Pera	40	72
Figueiró dos Vinhos	328	2 356
Góis	90	360
Lousã	344	2 653
Pampilhosa da Serra	74	304
Pedrógão Grande	125	556
Penacova	419	3 998
Penela	193	1 645
Vila Nova de Poiares	577	4 103
Total	2 558	18 484

11.3.3 Operação e manutenção de ETAR

Atualmente a APIN tem sob sua gestão 32 ETAR como se pode visualizar de seguida:

Quadro 13 - ETAR sob gestão da APIN

Município	Quantidade de ETAR	Volumes tratados (m3)
Alvaiázere	-	-
Ansião	-	-
Castanheira de Pera	6	110 624
Figueiró dos Vinhos	-	-
Góis	1	91 090
Lousã	4	473 713
Pampilhosa da Serra	17	50 307
Pedrógão Grande	-	-
Penacova	2	11 902
Penela	1	129 525
Vila Nova de Poiares	1	3 293
Total	32	870 454

No ano de 2020, foram recolhidos mais de 800.000 m³ de águas residuais nas ETAR próprias. As ETAR dos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande são todas da gestão da “alta”.

11.3.4 Ramais novos de Saneamento

Durante o ano de 2020 foram executados 91 ramais novos no sistema de drenagem de águas residuais.

11.4 Gestão de Resíduos Urbanos

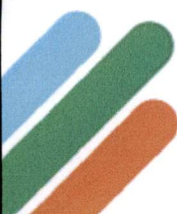
A APIN dispõe de cerca 11.227 contentores com capacidade de 7.046m³, sendo responsável pela recolha dos resíduos urbanos indiferenciados. No quadro que se segue, apresenta-se o detalhe do parque de contentores:

Quadro 14 - Parque de contentores

Polo	Município	Contentores (nº)	Litros					Enterrados		Capacidade instalada (m ³)
			120	240	360	770	1100	800	5000	
Polo 1	Lousã	1 705	275	443	270	716	1	0	0	789
	VN Poiães	987	268	89	267	288	75	0	0	454
	Penacova	1 181	114	0	0	1 059	3	5	0	836
	P. Serra	895	94	180	21	589	11	0	0	528
Polo 2	Góis	670	12	28	164	445	21	0	0	433
	C. Pera	469	127	5	0	169	168	0	0	331
	P. Grande	747	190	11	1	503	40	2	0	459
	Penela	1 079	7	6	111	465	489	1	0	939
Polo 3	F. Vinhos	736	151	6	0	501	77	1	0	491
	Alvaiázere	1 169	450	2	10	514	167	26	0	658
	Ansião	1 589	149	10	0	1 406	19	5	0	1 128
Total Polo 1		3 873	657	532	537	2 063	79	5	0	2 079
Total Polo 2		2 781	423	224	186	1 706	240	2	0	1 751
Total Polo 3		4 573	757	24	121	2 886	752	33	0	3 216
Total		11 227	1 837	780	844	6 655	1 071	40	0	7 046

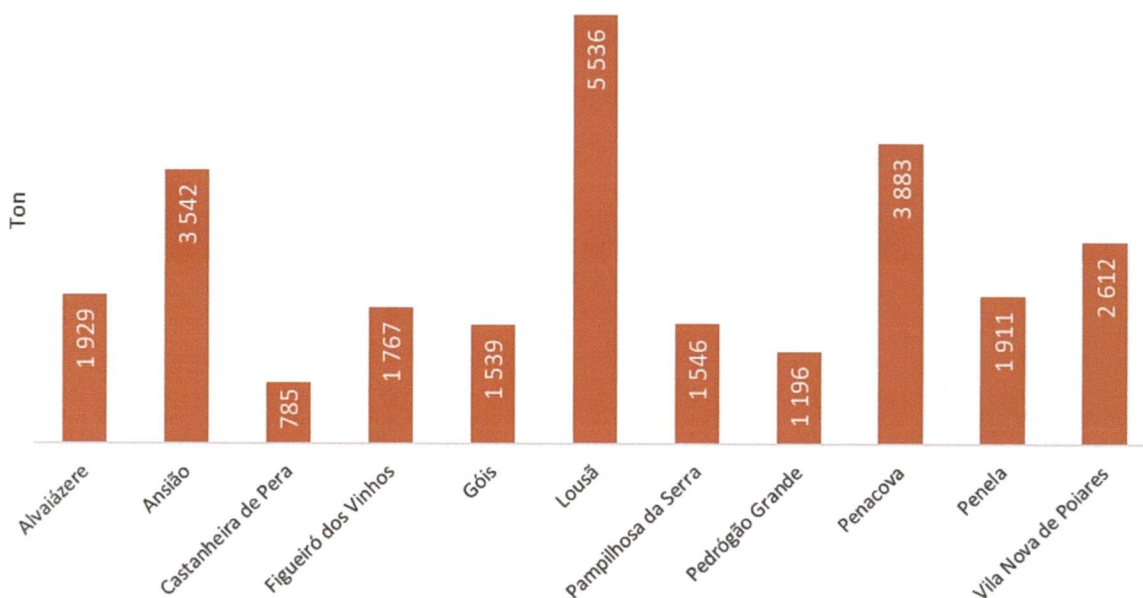
Os resíduos urbanos indiferenciados são entregues e geridos em “alta” pela ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. (ERSUC) que visa garantir a valorização desses resíduos da forma mais sustentável nas suas diversas áreas de atuação.

O tratamento e a recolha seletiva dos resíduos urbanos produzidos nos onze Municípios são assegurados pela ERSUC. De referir que o Município de Alvaiázere teve um contrato de prestação de serviços de recolha, transporte e entrega para tratamento de resíduos urbanos com a empresa SUMA, tendo sido este serviço internalizado a partir do dia 7 de setembro de 2020.



No ano de 2020 foram entregues 26.246 toneladas de resíduos indiferenciados à ERSUC. O Município da Lousã, com 5.536 toneladas recolhidas, representa cerca de 21,1%, do total dos resíduos indiferenciados entregues em 2020, como se pode verificar de seguida:

Gráfico 11 - Recolha de resíduos indiferenciados



11.5 Obras executadas ou em execução

Ao longo de 2020, a APIN procedeu a obras de manutenção e requalificação nos edifícios onde foram instalados os Polos Operacionais da Lousã, Pampilhosa da Serra e Penela. Foi, igualmente, possível colocar em funcionamento os Centros Operacionais nos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pedrógão Grande e Vila Nova de Poiares.

11.6 Planeamento e Projeto

Durante o ano de 2020 deram entrada via Municípios da APIN cerca de 56 processos para análise técnica, para além dos pedidos enviados diretamente pelos clientes.



11.7 Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cadastro

Os sistemas de informação geográfica constituem nos dias de hoje modernos e poderosos instrumentos indispensáveis na gestão empresarial e no apoio à tomada de decisão, atravessando horizontalmente a quase totalidade das áreas de uma estrutura organizacional.

A criação de uma base de conhecimento com informação geoespacial e cadastral, o mais atualizada possível, tem uma importância acrescida na estrutura organizacional de gestão de recursos da Empresa, permitindo dotar os decisores técnicos e políticos de informação estratégica destinada à definição de políticas gerais e setoriais ao nível da gestão ambiental e controlo financeiro.

Os sistemas de informação e cadastro tem como uma das principais missões, cadastrar toda a informação geoespacial das infraestruturas existentes para as diferentes áreas de atuação no território dos onze Municípios integrantes e fornecer, para os diversos departamentos e Polos Operacionais, informação atualizada sistematizada, para uma melhor e mais rápida resposta por parte dos serviços.

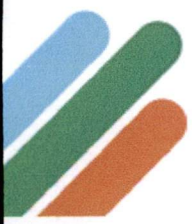
As atividades desenvolvidas, no decorrer do ano de 2020, foram as seguintes:

- Receção de informação geográfica – Informação geográfica e cadastral de sete Municípios;
- Adaptação da informação geográfica – Criação de 3 modelos de dados (abastecimento de água, águas residuais urbanas e resíduos urbanos);
- Atualização da informação – ramais, acessórios e válvulas para Município de Vila Nova de Poiares;
- Plantas cadastrais emitidas (internas) – 76 plantas emitidas;
- Início do cadastro de mais de 11 mil contentores de resíduos urbanos.

11.8 Segurança e Saúde no Trabalho

O ano de 2020 foi um grande desafio para a APIN no que respeita à Higiene e Segurança no Trabalho visando garantir condições de segurança aos trabalhadores, através da implementação das regras de segurança relativas aos trabalhos realizados e aos equipamentos e máquinas utilizados, de modo a eliminar ou reduzir a exposição aos perigos e aos riscos associados.

A criação de condições para que o trabalho diário dos trabalhadores da APIN possa ser efetuado em conformidade com as melhores práticas em matéria de segurança e saúde é, também, uma das prioridades da Empresa.



Durante o ano de 2020, foram desenvolvidas diversas atividades, destacando-se as seguintes:

- Iniciou-se à entrega de equipamentos de proteção individual e fardamentos;
- Iniciou-se à identificação de perigos e avaliação dos riscos para a segurança dos trabalhadores, com a subsequente definição de medidas de controlo;
- Levantamento de necessidades e aquisição de equipamentos de proteção coletiva e sinalização vertical temporária ao nível das atividades junto às vias de comunicação;
- Elaboração de Fichas de Procedimentos de Segurança para diversas atividades da APIN identificadas como sendo de risco;
- Acompanhamento de trabalhos no âmbito da coordenação de segurança em pequenas empreitadas;
- Controlo, ao nível da segurança, dos prestadores de serviços que desenvolvem atividades sob a alçada da APIN de modo a garantir o cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança;
- Foram realizadas várias ações de sensibilização de segurança no trabalho:
 - ✓ Acolhimento e início de funções, incluindo riscos associados e respetivas medidas preventivas na utilização de equipamentos de proteção individual;
 - ✓ COVID-19 – medidas de prevenção;
 - ✓ Prevenção de Alcoolémia;
- Caracterização dos ativos em termos das necessidades de segurança: guardas, acessos, linhas de vida, entre outros.
- Aquisição de testes rápidos de antigénio e anti-corpos COVID-19 de forma a testar as equipas e reduzir o contágio;
- Estabelecimento de parceria com os Bombeiros Voluntários de Penela para realização de testes rápidos de antigénio COVID-19;
- Sensibilização continua dos fornecedores no sentido da sua consciencialização e do seu comprometimento para o cumprimento das regras de segurança impostas pela legislação aplicável.

11.9 Comunicação e Imagem

A marca APIN entrou na vida dos consumidores no início de 2020. Os municípios não estavam preparados e dotados de informação suficiente para aceitarem uma nova Empresa Intermunicipal a gerir os serviços deste sector. O ano 2020 verificou-se, assim, ativo ao nível da



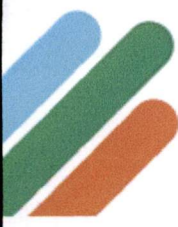
comunicação externa da Empresa. A APIN vivenciou um ano de intensa agitação, sobretudo devido à contestação social que gerou desinformação no seio dos consumidores.

Promoveram-se inserções publicitárias e entrevistas com Presidentes de Câmara e membros do Conselho de Administração, com intuito de esclarecer os consumidores sobre os benefícios da agregação, em diversos órgãos de comunicação social, regionais, online, rádios e imprensa. Divulgou-se amplamente nas redes, no site da Empresa e/ou por carta direta aos clientes e na comunicação social informações, tais como (destacamos apenas algumas):

- As alterações de revisão tarifária que tiveram aplicação retroativa - desde 1 de janeiro de 2020;
- COVID-19 - pacote de medidas excecionais entre os meses de fevereiro e abril;



- Evento de assinatura de Contratos de Financiamento do POSEUR com a presença do Ministro do Ambiente e Ação Climática Ministro, João Matos Fernandes e da Diretora do POSEUR, Helena Azevedo;
- Número Verde para avisos de roturas na rede e/ou perturbações no abastecimento;
- Higienização do parque de contentores e substituição dos que se encontravam em mau estado de conservação;
- Campanha de adesão à fatura eletrónica e pagamento por débito direto;
- Investimentos em manutenção e obras novas nos vários Concelhos,
- Processo de regularização e normalização da faturação;
- Dia Mundial Nacional da Água - Projeto Eficiência Hídrica + parceria de comunicação com Águas do Centro Litoral, S.A.;



- Divulgação do Balcão Digital da APIN;
- Isenção do IVA nos serviços de saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos e devolução dos valores cobrados;

Empenharam-se todos os esforços de controlo de desinformação, sobretudo no que concerne à rede social - Facebook. Foram produzidos e divulgados online, vídeos relativos ao trabalho das equipas da Operação e da Manutenção da APIN – “APIN no Terreno” e o vídeo de Boas Festas/Natal com imagens alusivas a todos os concelhos.

De salientar ainda o investimento em vestuário para equipa de atendimento, caracterização da frota automóvel, dos balcões de atendimento da Lousã e Penela e produção de cartões de identificação de colaborador. Foram também desenvolvidos melhoramentos ao nível do site da Empresa.

11.10 Responsabilidade Social

Ao nível da responsabilidade social, a APIN, na sequência da função social dos Municípios que a constituem, fez constar no seu tarifário duas hipóteses de tarifário diferenciado.

Como tal, os utilizadores domésticos podem usufruir de tarifários especiais, quer sejam de menor rendimento (tarifário social) quer sejam família numerosa.

De acordo com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, são elegíveis para beneficiar da tarifa social as pessoas singulares com contrato de fornecimento de serviços de águas e que se encontrem em situação de carência económica. Os Municípios aderentes solicitam e obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), que para este efeito consulta os serviços competentes da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social.



12 ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA

Nos subcapítulos que se seguem, apresenta-se o detalhe da estrutura de rendimentos, gastos, bem como a situação de patrimonial no final de dezembro de 2020.

Considerando que a APIN apenas iniciou a sua atividade operacional em janeiro de 2020, não existe termo de comparabilidade com o ano de 2019 no que diz respeito aos seus rendimentos e gastos.

12.1 Estrutura de Rendimentos

A estrutura de rendimentos da APIN foi de € 12,1 milhões, conforme quadro abaixo:

Quadro 15 - Rendimentos e ganhos

Rendimentos e Ganhos	2020	2019
Vendas	3 960 951	0
Prestação de serviços	7 106 951	0
Variações nos inventários de produção	0	0
Trabalhos para a própria entidade	0	91 354
Subsídios à exploração	1 023 290	0
Reversões	0	0
Ganhos por aumentos de justo valor	0	0
Outros rendimentos e ganhos	1 219	0
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0
Total	12 092 410	91 354

Valores em euros

Fonte Própria

O volume de negócios perfaz um montante de € 11,1 milhões, repartido pelas atividades de abastecimento de água (60%), saneamento de águas residuais (18%) e gestão de resíduos (22%).

12.2 Estrutura de Gastos

A estrutura de gastos da APIN foi de € 11,9 milhões, conforme quadro abaixo:

Quadro 16 - Gastos e perdas

Gastos e Perdas	2020	2019
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	4 492 269	0
Fornecimentos e serviços externos	4 746 259	37 613
Gastos com o pessoal	2 287 778	134 115
Gastos de depreciação e de amortização	63 506	553
Perdas por imparidade	213 432	0
Perdas por reduções de justo valor	0	0
Provisões do período	0	0
Outros gastos e perdas	47 515	42
Gastos de perdas de financiamento	0	0
Total	11 850 760	172 323

Valores em euros

Fonte Própria

Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), no montante de € 4,7 milhões, representaram cerca de 40% dos gastos operacionais. A rubrica de CMVMC's diz essencialmente respeito ao custo com a aquisição de água em "alta". Por sua vez, o custo com o tratamento de efluentes e a gestão de resíduos em "alta", estão considerados em subcontratos, refletindo 62,9% do total contabilizado em FSE.

Os gastos com o pessoal traduzem um total de 161 colaboradores no final de dezembro de 2020, dos quais 80 foram admitidos no segundo semestre de 2020.

12.3 Resultado

O Resultado líquido do período de 2020 ascende a € 217,3 mil.

Quadro 17 - Resultados

Resultados	2020	2019
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	305 157	-80 415
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	241 651	-80 968
Resultado antes de impostos	241 651	-80 968
Imposto sobre o rendimento do período	24 385	3 678
Resultado líquido do período	217 266	-84 646

Valores em euros

Fonte Própria

12.4 Capital Próprio

O Capital Próprio da APIN no final de 2020 foi de € 3,9 milhões, dos quais € 2,6 milhões dizem respeito à aprovação de candidatura ao POSEUR - 03-2012-FC-001407, operação para Controlo e Redução de Perdas nos Sistemas de Distribuição de Água, com um montante de apoio

elegível de € 3,3 milhões reconhecido na conta 278 – outros devedores e credores em contrapartida da conta 5931 – Subsídios atribuídos e da conta 5932 – Ajustamento em subsídios representando o saldo da conta 5932 o valor de impostos estimados no valor de € 698 mil.

Quadro 18 - Capital próprio

Capital Próprio	2020	2019	Δ Valor	Δ %
Capital realizado	1 100 000	1 100 000	0	0,00%
Acções (quotas) próprias	0	0	0	0,00%
Outros instrumentos de capital próprio	0	0	0	0,00%
Prémios de emissão	0	0	0	0,00%
Reservas legais	0	0	0	0,00%
Outras reservas	0	0	0	0,00%
Resultados transitados	-84 646	0	-84 646	0,00%
Ajustamentos em ativos financeiros	0	0	0	0,00%
Excedentes de revalorização	0	0	0	0,00%
Outras variações no capital próprio	2 624 943	2 624 943	0	0,00%
Resultado líquido do período	217 266	-84 646	301 912	-356,68%
Total do Capital Próprio	3 857 562	3 640 297	217 266	

Valores em euros

Fonte Própria

12.5 Principais Rácios Financeiros

No quadro que se segue apresenta-se os principais indicadores financeiros relativos aos anos de 2019 e 2020:

Quadro 19 - Indicadores da posição financeira

Indicadores da Posição Financeira	Fórmulas	2020	2019
Debt to Equity (€)	Dívida Financeira Líquida / Património Líquido	n.a.	n.a.
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes (€)	Resultado Operacional	241 651	-80 968
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation (€)	Resultado Operacional + Amortizações + Imparidades	518 589	-80 415
Autonomia Financeira	Capital Próprio / Ativo	0,31	0,82
Solvabilidade	Capital Próprio / Passivo	0,44	4,68
Rentabilidade dos Capitais Próprios	Resultado Líquido / Capital Próprio	0,06	n.a.

Fonte Própria

A Empresa não contratou dívida financeira até final de 2020, estando toda a atividade alavancada com recurso a capitais próprios e autofinanciamento.

Os resultados operacionais apresentam o valor próximo de € 250 mil. Por seu lado, o EBITDA apresenta um valor de cerca de € 519 mil, refletindo uma margem EBITDA de 4,7%.

A autonomia financeira da Empresa em 2020 ascende a 0,31, enquanto o rácio de solvabilidade evidencia uma estrutura de capitais equilibrada (0,44).



12.6 Gestão de Riscos

A APIN encontra-se sujeita a uma variedade de riscos: risco de liquidez, risco de mercado e risco de catástrofe.

Para o desenvolvimento da sua atividade, a gestão dos mesmos é essencialmente controlada pela Administração e decorre do acompanhamento sistemático das principais operações da Empresa e respetivos fluxos financeiros, e ainda pelo conhecimento que detém do mercado e do setor de atividade em que se insere.

As decisões tomadas pela Administração assentam em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas geram apenas riscos regularmente suportáveis pela Empresa.

12.7 Ações Próprias

Tal como se verificou no quadro do capital próprio, a organização não detém quotas próprias nem efetuou aquisições ou alienações de ações próprias no decurso do exercício.

12.8 Negócio entre a Sociedade e os Seus Administradores

Dando cumprimento ao artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, não existiram negócios entre a sociedade e os seus administradores no período de 2020.

12.9 Sucursais

A sociedade não detém sucursais em território nacional nem fora do território nacional.

12.10 Situação Fiscal e Contributiva

À data de encerramento das contas, a Empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social, nem a qualquer outra entidade pública.



Apresentamos de seguida os investimentos a realizar por Município:

Alvaiázere:

- Freguesia de Alvaiázere: construção da extensão de redes de saneamento de águas residuais e novas ligações à ETAR de Alvaiázere;
- Maçãs de Dona Maria continuação da expansão de redes de saneamento de águas residuais e construção de novas ligações à ETAR de Vale de Tábuas;
- Pussos - São Pedro construção da extensão de redes de saneamento de águas residuais e em novas ligações à ETAR de Venda dos Olivais.

Ansião:


- Santiago da Guarda: ampliação das redes públicas de drenagem de águas residuais e na construção da estrutura de ligação à ETAR e de redes de drenagem de águas residuais de Alvorge (1.ª e 2.ª Fase);
- Chão de Couce construção de redes de saneamento de águas residuais e uma nova ligação de Chão de Couce à ETAR Vale de Tábuas.

Castanheira de Pera:

- Freguesia de Castanheira de Pera - Bolo e Casalinho: Execução da Reformulação do Sistema de Adução a estas povoações;
- Sarzedas: investimento em obras de remodelação e beneficiação da ETAR para redução da poluição urbana nas massas de água;
- Corga, Pera, Bolo, Torgal e Palheira: Construção da extensão de redes de saneamento de águas residuais e novas ligações à ETAR de Castanheira de Pera;
- Anchas/Troviscal e Dórdio: Construção do Sistema Elevatório e Emissário com ligação às redes de saneamento de águas residuais à ETAR de Castanheira de Pera.

Figueiró dos Vinhos

- Freguesia de Aguda: construção de redes de saneamento de águas residuais e novas ligações à ETAR de Tábuas; Expansão da rede de águas residuais domésticas da Aguda;
- Vila de Figueiró dos Vinhos: construção de redes de saneamento de águas residuais e novas ligações à ETAR de Figueiró dos Vinhos;
- Zereiro, Coutada, Chãos, Forno Telheiro, Carapinhal e Laranjeira: construção da extensão de redes de águas residuais domésticas;



- Castanheira de Figueiró: construção da extensão de redes de águas residuais domésticas;
- Colmeal e Lavandeira: construção da extensão de redes de águas residuais domésticas;
- Santarém: construção da extensão de redes de águas residuais domésticas;
- Valada, Serrada e Portelão: construção da extensão de redes de águas residuais domésticas;
- Ribeira De S. Pedro, Douro e Porto Douro construção da extensão de redes de águas residuais domésticas.

Góis:

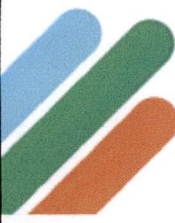
- Ponte de Sotão e Lugares limítrofes: construção de redes de saneamento de águas residuais e novas ligações à ETAR de Ponte de Sotão.

Lousã:

- Quatro Águas: Rede de Água do lugar de Casal de S. Miguel;
- Serpins – Construção da ligação entre o reservatório do Aeródromo e o Reservatório da Lousã e até ao lugar do Boque;
- Vale Nogueira: Construção Rede de Água (lugares de Vale Pereira da Serra e Vale Nogueira);
- Candal: Construção da ETA da Aldeia Serrana de Candal;
- Talasnal: Construção da ETA da Aldeia Serrana de Talasnal;
- Cerdeira: Construção da ETA da Aldeia Serrana de Cerdeira;
- Casal Novo/Chiqueiro: Construção da ETA da Aldeia Serrana de Casal Novo/Chiqueiro;
- Saneamento e renovação de redes de drenagem no sistema Lousã/Póvoa: Fontainhas (junto à ETAR das Fontainhas), Praceta Sá Carneiro;
- Construção da Rede Águas Residuais e Rede Águas Pluviais na Praceta Sá Carneiro;
- Saneamento e novas ligações à ETAR de Semide/Poisão: lugares de Ceira dos Vales, Vales e Corte Velha.

Pampilhosa da Serra

- Amoreira: Redução da Poluição Urbana nas Massas de água, através de construção de redes de saneamento e abastecimento de água, de tratamento, drenagem e recolha das águas residuais;



- Pessegueiro: Redução da Poluição Urbana nas Massas de água, através de construção de redes de saneamento e abastecimento de água, de tratamento, drenagem e recolha das águas residuais.

Pedrogão Grande

- São Mateus, Vale do Barco e Vale do Góis: construção de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR de Pedrogão Grande;
- Facaia: construção de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR de Facaia;
- Pinheiro Bordalo, Altardo, Graça, Casal dos Ferreiros e Casal da Francisca: construção de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR de Atalaia;
- Derreadas: construção de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR de Derreadas;
- Tojeira: construção de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR de Pesos.

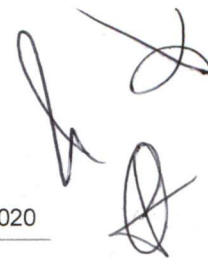
Penacova

- Freguesias do Concelho: Construção de Sistema de Drenagem e Tratamento de águas residuais (Esgotos) das – Estação Elevatória de Esgotos da Z. I. de Alagoa e Ligação à Rede da Espinheira;
- Freguesia de Penacova/Carvoeira: remodelação, construção e expansão da rede de saneamento de águas residuais e ligação à ETAR de Penacova;
- Travanca do Mondego: construção de redes de saneamento de águas residuais e ligação à ETAR;
- União de Freguesias de São Pedro de Alva e São Paio do Mondego: Remodelação, e construção de novas redes de saneamento de águas residuais e novas ligações à ETAR;
- Figueira de Lorvão: construção de redes de distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e novas ligações à ETAR de Sernelha.

Penela:

- Despoluição integrada da Bacia do Dueça, com a execução de redes de saneamento de águas residuais e ligação à ETAR de Quinta de Cima.

Este projeto contempla obras de construção de rede pública de drenagem de águas residuais em Freixal, Vendas Figueiras, Comareiros, Câneve, Louriceira, Venda dos



Moinhos, Grocinas, Estrada de Viavai, Viavai, Casal Novo, Ribeirinho, Gagos, São Paulo, Ferrarias, Taliscas, Torre de Chão de Pereiro, Carvalhais, Sernada da Freixiosa, Freixiosa, Dueça, Carregã, São Simão, Casais do Cabra, Santo António, Pastor, Vale do Infesto, Infesto, Senhora da Glória, Ponte de Espinhal, Vale de Espinhal, Silveirinha, Chão de Ourique, Galega e Póvoa.

Vila Nova de Poiares

- Ribas, Soutelo e Vilar: redução da poluição urbana nas massas de água, através de construção de redes de saneamento e abastecimento de água e de tratamento e recolha das águas residuais- ETAR de RIBAS;
- Cabecinhos, Vila Chã, Vale De Vaide, S. Miguel, Vendinha: substituição dos coletores e construção de rede de saneamento e rede de abastecimento de água – ligação à ETAR de Vale de Vaide;
- Fundo da Vila, Vale de Gião, Ferreira, Avessada: construção de rede de drenagem de águas residuais - ligação à ETAR de Ribeira do Moinho;
- Soito: construção de arruamento e de infraestruturas para execução de redes de drenagem de águas residuais;
- São Miguel, Entroncamento, Vendinha: construção de rede de drenagem de águas residuais;
- Cabecinhos, Vila Chã, Vale De Vaide, S. Miguel, Vendinha: substituição dos coletores e construção de rede de saneamento e rede de abastecimento de água- ligação à ETAR de Ribeira do Moinho.



14 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração da APIN deseja expressar o seu agradecimento a todos os que contribuíram com o seu trabalho para a criação deste projeto e arranque da atividade num ano atípico, fustigado pelo surto pandémico COVID-19, bem como a todos os que desempenharam um papel fundamental neste primeiro ano de atividade, agradecendo também, particularmente:

- Aos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares, pelo empenho e colaboração prestados;
- A todos os trabalhadores da Empresa, pela grande competência, empenho e dedicação sempre evidenciados, apesar duma conjuntura que não tem sido a mais favorável;
- A todos os clientes individuais e empresariais que nos ajudam, com a sua exigência, a uma melhoria contínua;
- Aos fornecedores, pelo esforço evidenciado na pronta satisfação das necessidades da Empresa.



15 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo do período de 2020, no valor de € 217.266, tenha a seguinte aplicação:

- Reserva legal, equivalente a 5% do resultado líquido, no valor de € 10.863;
- Reserva especial dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR) no valor de € 200.000;
- Remanescente, no valor € 6.403 para resultados transitados.

O benefício fiscal DLRR encontra-se previsto nos artigos 27.º a 34.º do Código Fiscal ao Investimento (CFI). Nos termos do artigo 29.º do CFI é possível deduzir à coleta de IRC, nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014, até 10% dos lucros retidos que sejam reinvestidos em aplicações consideradas relevantes e cujo investimento se realize nos 4 anos seguintes à constituição da reserva. A dedução efetuada no período pode ir até 25% da coleta do período.

A APIN tem 3 projetos relevantes, na área dos bioresíduos e na recolha porta-a-porta de recicláveis que, de acordo com a Lei n.º 2/2020 de 31 de março, tem como prazo para a concretização dos investimentos no âmbito da DLRR de quatro anos.

16 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Devolução de IVA em 2021

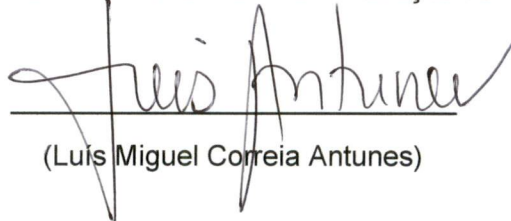
Tal como referido no ponto 6, foi retirado o IVA nos serviços de saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos. Neste sentido já no decorrer do primeiro trimestre de 2021 a APIN procedeu à devolução dos valores de IVA cobrados em 2020, referentes aos serviços mencionados.

Novo tarifário COVID em 2021

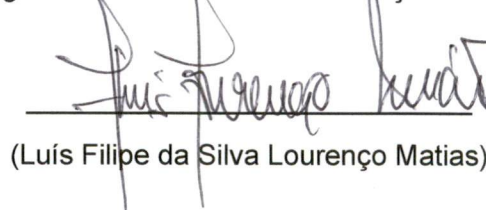
Numa fase em que as consequências da pandemia ao nível económico e financeiro criam maior impacto social, a APIN e os Municípios que a constituem aprovaram a aplicação de uma redução de 25% na tarifa fixa aos consumidores domésticos, durante os meses de fevereiro a abril de 2021, bem como isentar a 100% a tarifa fixa às empresas, à indústria e ao comércio. No que concerne às Instituições de solidariedade Social e às Associações de utilidade pública foi aprovada a retirada da tarifa fixa até ao final do ano.

Penela, 09 de junho de 2021

O Presidente do Conselho de Administração da APIN,

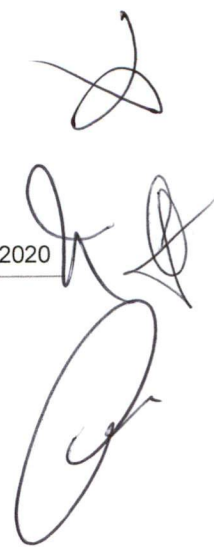

(Luis Miguel Correia Antunes)

O Vogal do Conselho de Administração da APIN,


(Luís Filipe da Silva Lourenço Matias)

O Vogal do Conselho de Administração da APIN,


(Célia Margarida Gomes Marques)



17 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

17.1 BALANÇO
APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior, EIM SA

Contribuinte: 515515507

BALANÇO EM 31 de Dezembro de 2020

Moeda: EURO

RUBRICAS	NOTAS	31 dez 2020	31 dez 2019
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	9	911 254,67	6 577,97
Propriedades de Investimento			
Goodwill			
Ativos Intangíveis	8	199 840,27	137 626,92
Ativos Biológicos			
Participações Financeiras - Método Equivalência Patrimonial			
Participações Financeiras - Outros Métodos			
Accionistas / Sócios			
Outros Ativos Financeiros		7 981,70	
Ativos por Impostos Diferidos			
		1 119 076,64	144 204,89
Ativo Corrente			
Inventários	20	39 571,39	
Ativos Biológicos			
Clientes	23	2 638 801,53	
Adiantamentos a Fornecedores	24	12 176,48	1 320,00
Estado	25	370 931,63	19 487,69
Accionistas / Sócios			
Outras Contas a Receber	24	5 108 563,80	3 324 063,82
Diferimentos		233 825,89	950,36
Ativos Financeiros Detidos para Negociação			
Outros Ativos Financeiros			
Ativos Não Correntes Detidos para Venda			
Caixa / Depósitos Bancários	5	3 090 181,15	927 975,51
		11 494 051,87	4 273 797,38
Total do Ativo		12 613 128,51	4 418 002,27
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital Realizado		1 100 000,00	1 100 000,00
Ações / Quotas Próprias			
Outros Instrumentos de Capital Próprio			
Prémios de Emissão			
Reservas Legais			
Outras Reservas			
Resultados Transitados		-84 645,96	
Ajustamentos em Ativos Financeiros			
Excedentes de Revalorização			
Outras Variações no Capital Próprio		2 624 942,86	2 624 942,86
Resultado Líquido do Período		217 265,57	-84 645,96
		3 857 562,47	3 640 296,90
Total do Capital Próprio		3 857 562,47	3 640 296,90
PASSIVO			
Passivo não Corrente			
Provisões			
Financiamentos Obtidos			
Responsabilidade por Benefícios Pós-Emprego			
Passivos por Impostos Diferidos			
Outras Contas a Pagar			
Passivo Corrente			
Fornecedores	24	6 758 795,43	5 242,95
Adiantamentos de Clientes			
Estado	25	153 226,67	19 279,61
Accionistas / Sócios			
Financiamentos / Obtidos			
Outras Contas a Pagar	24	1 722 938,01	753 182,81
Diferimentos		120 605,93	
Passivos Financeiros Detidos para Negociação			
Outros Passivos Financeiros			
Passivos Não Correntes Detidos para Venda			
		8 755 566,04	777 705,37
Total do Passivo		8 755 566,04	777 705,37
Total do Capital Próprio e Passivo		12 613 128,51	4 418 002,27

Órgão de Gestão:

Contabilista Certificado n.º 65558

APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior

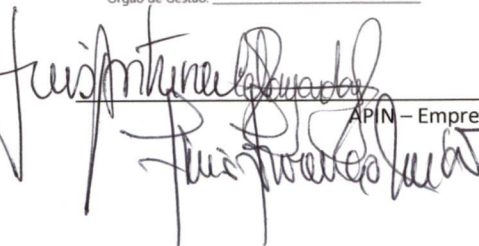


17.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior, EIM SA

Contribuinte: 515515507

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 de Dezembro de 2020

Moeda: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 dez 2020	31 dez 2019
Vendas e Serviços Prestados	22	11 067 901,56	
Subsídios à Exploração	32	1 023 290,33	
Ganhos / Perdas de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos			
Variação Nos Inventários da Produção			
Trabalhos para a Própria Entidade			91 354,40
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	20	-4 492 268,69	
Fornecimentos e Serviços Externos	27	-4 746 259,26	-37 612,62
Gastos com o Pessoal	28	-2 287 778,28	-134 115,07
Imparidade de Inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas / reversões)	14	-213 431,91	
Provisões (aumentos / reduções)			
Imparidade de Investimentos Não Depreciáveis (perdas / reversões)			
Aumentos Reduções de Justo Valor			
Outros rendimentos	29	1 218,57	
Outros Gastos	30	-47 514,97	-41,97
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		305 157,35	-80 415,26
Gastos / Reversões de Depreciações	31	-63 506,45	-553,01
Imparidade de Investimentos Depreciáveis / Amortizáveis (perdas / reversões)			
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		241 650,90	-80 968,27
Juros e Rendimentos Similares Obtidos			
Juros e Gastos Similares Suportados			
Resultado Antes de Impostos		241 650,90	-80 968,27
Imposto Sobre Rendimento do Período	25	-24 385,33	-3 677,69
Resultado Líquido do Período		217 265,57	-84 645,96

17.3 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
APIN - Emp. Intern. Amb. Pinhal Interior, EIM SA

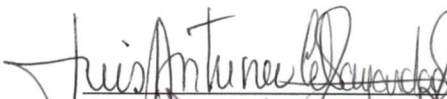
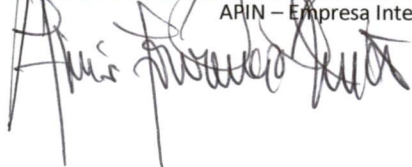
Contribuinte: 515515507

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES EM 31 de Dezembro de 2020

Unidade Monetária: EURO

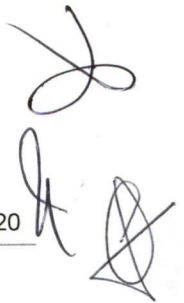
RUBRICAS	NOTAS	31 dez 2020	31 dez 2019
Vendas e Serviços Prestados	22	11 067 901,56	
Custo das Vendas e dos Serviços Prestados	20,27	-7 474 316,56	
Resultado Bruto		3 593 585,00	
Outros Rendimentos	32,29	1 024 508,90	91 354,40
Gastos de Distribuição			
Gastos Administrativos		-1 764 211,39	-37 612,62
Gastos de Investigação e Desenvolvimento			
Outros Gastos		-2 612 231,61	-134 710,05
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		241 650,90	-80 968,27
Gastos de Financiamento (Líquidos)			
Resultado Antes de Impostos		241 650,90	-80 968,27
Imposto sobre o Rendimento do Período	25	-24 385,33	-3 677,69
Resultado Líquido do Período		217 265,57	-84 645,96

Órgão de Gestão: _____

 Contabilista Certificado n.º 65554




APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior




17.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Entidade: APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior, EIM SA

Contribuinte: 515515507

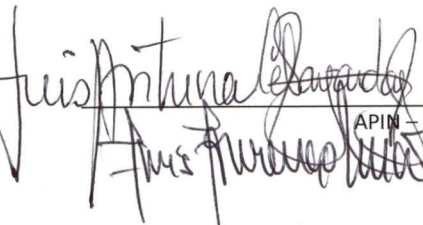
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - PERÍODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2020

Moeda: EURO

RUBRICAS	NOTAS	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		8 127 280,73	
Pagamentos a fornecedores		-5 097 203,44	-38 267,16
Pagamentos ao pessoal		-1 661 381,07	-55 877,57
Caixa gerada pelas operações		1 368 696,22	-94 144,73
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-3 677,69	
Outros recebimentos/pagamentos		881 273,69	-13 785,41
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		2 246 292,22	-107 930,14
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-82 341,43	-64 094,35
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		-2 209,36	
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		403,94	
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos		60,27	
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-84 086,58	-64 094,35
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			1 100 000,00
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			1 100 000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2 162 205,64	927 975,51
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		927 975,51	
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 090 181,15	927 975,51

Órgão de Gestão: _____

 Contabilista Certificado n.º 65552

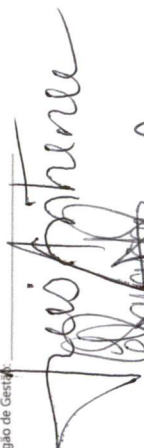
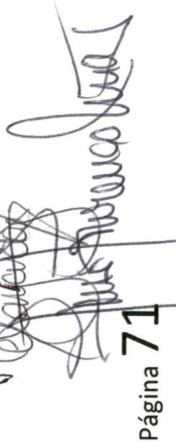


17.5 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2020

Contribuinte: 515515507
Moeda: EURO

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. Capital Próprio	Premios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustam Activos Financeiros	Exced. de Revaloriz.	Outras Variações Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2020		1 100 000,00									2 624 942,86	-84 645,96	3 640 296,90
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira Adopção do SNC													
Alterações de Políticas Contabilísticas													
Diferenças de Conversão de Demonstrações Financeiras													
Realização do Exced. de Revalorização de Ativos Fixos													
Excedente de Revalorização de Ativos Fixos													
Ajustamentos por Impostos Diferidos													
Outras Alterações do Capital Próprio								-84 645,96				84 645,96	
RESULTADO LÍQUIDO								-84 645,96				84 645,96	
RESULTADO INTEGRAL												217 265,57	217 265,57
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de Capital													
Realizações de Prémio de Emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras Operações													
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2020		1 100 000,00						-84 645,96			2 624 942,86	217 265,57	3 857 562,47

Órgão de Gestão:

Contabilista Certificado n.º 65558




17.6 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2019

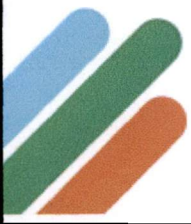
 Contribuinte: 515515507 Moeda: EURO
APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior, EIM SA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO PERÍODO EM 31 de Dezembro de 2019

DESCRIÇÃO	SVLON	Capital Realizado	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transmitidos	Ajustam Activos Financeiros	Exced. de Revaloriz.	Outras Variações de Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2019 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira Adopção do SNC Alterações de Políticas Contabilísticas Diferenças de Conversão de Demonstrações Financeiras Realização do Exced. de Revalorização de Ativos Fixos Excedente de Revalorização de Ativos Fixos Ajustamentos por Impostos Diferidos Outras Alterações do Capital Próprio											2 624 942,86		2 624 942,86
RESULTADO LÍQUIDO RESULTADO INTEGRAL											2 624 942,86	-84 645,96	2 624 942,86
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO Realizações de Capital Realizações de Prémio de Emissão Distribuições Entradas para cobertura de perdas Outras Operações		1 100 000,00									2 624 942,86	-84 645,96	2 540 296,90
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2019		1 100 000,00											1 100 000,00
		1 100 000,00									2 624 942,86	-84 645,96	3 640 296,90

 Contabilista Certificado n.º 65558


 Origem de Gestão:





18 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

- 1.1 Designação da entidade: APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S. A.
- 1.2 Morada: Zona Industrial de Penela, Lote 15, 3230-347 Penela
- 1.3 Número de identificação fiscal: 515 515 507
- 1.4 Natureza da atividade: Exploração e gestão do Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, o qual agrega os sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento, de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares, no respetivo território.
- 1.5 Conservatória: Registo comercial e predial de Penela
- 1.6 Capital Social: 1.100.000 €
- 1.7 Período das demonstrações financeiras: Período findo em 31 de dezembro de 2020

NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

2.2 Derrogação das disposições do SNC e efeitos nas demonstrações financeiras

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparação com o ano anterior

As demonstrações financeiras são comparáveis com o ano anterior.

NOTA 3 - ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, não há efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009).

NOTA 4 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

4.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M. S.A. são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente valorizados pelo seu custo.

O custo do ativo fixo tangível além do preço de compra, inclui os direitos de importação e impostos não reembolsáveis, custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, e exclui descontos comerciais e abatimentos.

É adotado o modelo do custo na mensuração subsequente à mensuração inicial, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo, menos depreciação acumulada e perdas por imparidade.

Os bens com vida útil limitada são depreciados em função da sua utilização, e assim que estejam concluídos ou em estado de uso. Dado que os terrenos têm vida ilimitada não são depreciados.

A quantia depreciável do ativo fixo tangível é imputada pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a legislação aplicável.

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor, como segue:

Rúbricas	Vida Útil - Anos
Edifícios e outras construções	10 a 25
Equipamento básico	4 a 14
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos tangíveis	4 a 8

As despesas, com reparação e manutenção destes ativos, são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

São efetuados testes de imparidade sempre que existem indicadores que possam apontar para os mesmos.

A quantia escriturada do bem é desreconhecida no momento da alienação ou quando não se espere futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Sendo, o ganho ou perda decorrente incluído nos resultados.

4.3. Propriedades de investimento

A entidade não detém propriedades de investimento.

4.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

Rúbricas	Vida Útil - Anos
Projetos de desenvolvimento	3 a 10
Outros ativos intangíveis	3

4.5. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas, nas quais a Empresa detenha influência ou controlo significativos (geralmente com participação superior a 20% do capital social), são mensurados pelo método da equivalência patrimonial.

Os restantes investimentos financeiros são mensurados pelo método do custo.

4.6. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria até ao montante de 25.000,00 e 21% sobre o excedente. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 e 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.



4.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o FIFO (*First In First Out*) como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

4.8. Ativos biológicos

A entidade não detém ativos biológicos.

4.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

4.10. Ativos financeiros detidos para negociação

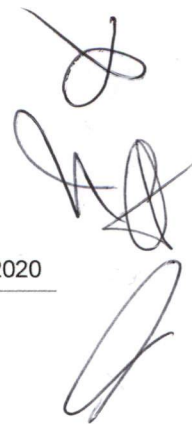
A entidade não detém ativos financeiros detidos para negociação.

4.11. Ativos não correntes detidos para venda

De igual modo, a entidade não detém de investimentos disponíveis para venda.

4.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.



4.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

4.14. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

4.16. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

4.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

4.18. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

4.19. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A entidade não detém situações de contratos de construção.

4.20. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investimento estão registados em balanço na rubrica “Capital Próprios” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4.21. Custos dos Empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à

aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

NOTA 5 - FLUXOS DE CAIXA

5.1 - Os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5.2 - A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

MEIOS LÍQUIDOS FINANCEIROS	2020	2019
Caixa	656	29
Depósitos à ordem	3 089 525	927 947
Outros depósitos bancários	-	-
Outros instrumentos financeiros	-	-
Total	3 090 181	927 976

NOTA 6 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

6.1 As demonstrações financeiras são comparáveis com as apresentadas no comparativo.

6.2 As políticas contabilísticas são consistentes entre os vários períodos apresentados.

6.3 Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas nos vários períodos apresentados.

6.4 Não foram identificados erros materiais de períodos anteriores nas demonstrações financeiras.

NOTA 7 - PARTES RELACIONADAS

Na data de reporte financeiro a Empresa era participada pelas seguintes Entidades:

- O Município de Alvaiázere com o NIF 506 605 949 detém 8,98% do capital social, no valor nominal de € 98.780 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O Município de Ansião com o NIF 506 605 930 detém 13,73% do capital social, no valor nominal de € 151.030 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O Município de Castanheira de Pera com o NIF 506 731 324 detém 4,26% do capital social, no valor nominal de € 46.860 - Início da participação: 29 de julho de 2019.

- O Município de Figueiró dos Vinhos com o NIF 506 546 381 detém 5,82% do capital social, no valor nominal de € 64.020 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O Município de Góis com o NIF 506 613 399 detém 7,20% do capital social, no valor nominal de € 79.200 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O Município de Lousã com o NIF 501 121 528 detém 18,39% do capital social, no valor nominal de € 202.290 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O Município da Pampilhosa da Serra com o NIF 506 811 883 detém 7,90% do capital social, no valor nominal de € 86.900 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O Município de Pedrógão Grande com o NIF 507 011 937 detém 5,54% do capital social, no valor nominal de € 60.940 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O Município de Penacova com o NIF 506 657 957 detém 14,04% do capital social, no valor nominal de € 154.440 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O Município de Penela com o NIF 506 778 037 detém 6,77% do capital social, no valor nominal de € 74.470 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O Município de Vila Nova de Poiares com o NIF 505 371 600 detém 7,37% do capital social, no valor nominal de € 81.070 - Início da participação: 29 de julho de 2019.

Os saldos com Entidades relacionadas apresentam os seguintes montantes:

SALDOS COM PARTES RELACIONADAS	Ativo		Passivo	
	2020	2019	2020	2019
Clientes - Sócios				
Alvaiázere	51 820	-	-	-
Ansião	314 453	-	-	-
Castanheira de Pera	26 794	-	-	-
Figueiró dos Vinhos	143 531	-	-	-
Góis	79 262	-	-	-
Lousã	288 233	-	-	-
Pampilhosa da Serra	63 755	-	-	-
Pedrógão Grande	25 817	-	-	-
Penacova	402 561	-	-	-
Penela	7 594	-	-	-
Vila Nova de Poiares	99 900	-	-	-
Diferimentos				
Ansião *	213 290			
Fornecedores - Sócios				
Alvaiázere	-	-	-	-
Ansião *	-	-	330 728	-
Castanheira de Pera	-	-	-	-
Figueiró dos Vinhos	-	-	750	-
Góis	-	-	162 115	-
Lousã	-	-	-	-
Pampilhosa da Serra	-	-	-	-
Pedrógão Grande	-	-	-	-
Penacova	-	-	-	-
Penela	-	-	20 000	-
Vila Nova de Poiares	-	-	-	-
Total	1 717 010	-	513 593	-

*A aguardar a emissão de Nota de Crédito no valor de € 262.347 (Inclui IVA).

NOTA 8 - ATIVOS INTANGÍVEIS

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

O método de amortização usado é o das quotas constantes.

As seguintes tabelas evidenciam a movimentação nos ativos intangíveis de 2020 e 2019:

ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	31 de dezembro de 2020				
	Saldo em 1/jan/20	Aquisições Amort.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/20
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	96 363	-	-	96 363
Programas de computador	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis e em curso	137 685	-	(24 900)	-	112 785
Total do ativo bruto	137 685	96 363	(24 900)	-	209 148
Total de amortizações acumuladas	(58)	(9 250)	-	-	(9 308)
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	137 627	87 113	(24 900)	-	199 840

ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	31 de dezembro de 2019				
	Saldo em 1/jan/19	Aquisições Amort.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/19
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-
Programas de computador	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis e em curso	-	137 685	-	-	137 685
Total do ativo bruto	-	137 685	-	-	137 685
Total de amortizações acumuladas	-	(58)	-	-	(58)
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	-	137 627	-	-	137 627

NOTA 9 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2020 e 2019:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2020				
	Saldo em 1/jan/20	Aquisições Deprec.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/20
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	76 929	13 920	-	90 849
Equipamento básico	-	161 932	-	-	161 932
Equipamento de transporte	-	526 034	-	-	526 034
Equipamento administrativo	7 073	78 787	-	-	85 860
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	6 140	-	-	6 140
Investimentos em curso	-	84 211	10 980	-	95 191
Total do ativo bruto	7 073	934 033	24 900	-	966 006
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	(3 359)	-	-	3 359
Equipamento básico	-	(9 221)	-	-	9 221
Equipamento de transporte	-	(26 886)	-	-	26 886
Equipamento administrativo	(495)	(14 405)	-	-	14 900
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	(385)	-	-	(385)
Total de depreciações acumuladas	(495)	(54 256)	-	-	(54 751)
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	6 578	879 777	24 900	-	911 255

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2019				
	Saldo em 1/jan/19	Aquisições Deprec.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/19
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	7 073	-	-	7 073
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	-	7 073	-	-	7 073
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	(495)	-	-	(495)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Total de depreciações acumuladas	-	(495)	-	-	(495)
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	-	6 578	-	-	6 578

NOTA 10 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES DESCONTINUADAS

Não aplicável.

NOTA 11 - LOCAÇÕES

Não aplicável.

NOTA 12 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Não aplicável.

NOTA 13 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Não aplicável.

NOTA 14 - IMPARIDADE DE ATIVOS14.1 Imparidade de Inventários

Não aplicável.

14.2 Imparidade de Dívidas a Receber

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Imparidade de Dívidas a Receber dos períodos de 2020 e 2019.

IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER	2020	2019
Imparidade acumulada no início do período	-	-
Perdas do exercício	(213 432)	-
Reversões do exercício	-	-
Imparidade acumulada no fim do período:	(213 432)	-

A Empresa constituiu imparidades os clientes com dívidas vencidas superiores a 30 dias de antiguidades, excluindo as classes de consumo: 1) Municípios; 2) Juntas de Freguesia e 3) Estado.

NOTA 15 - INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

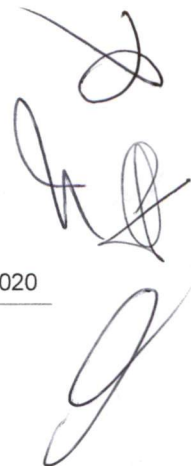
Não aplicável.

NOTA 16 - CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Não aplicável.

NOTA 17 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

Não aplicável.

**NOTA 18 - EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS**

Não aplicável.

NOTA 19 - AGRICULTURA

Não aplicável.

NOTA 20 - INVENTÁRIOS

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a discriminação do inventário apresentado pela gerência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, é descrito na seguinte tabela:

INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	2020	2019
Inventário inicial de Mercadorias, Mat. Consumidas e At. Biológicos Consumo	-	-
Compras	4 531 840	-
Reclassificação e regularização	-	-
Custo das mercadorias vendidas, matérias e ativos biológicos consumidos	(4 492 269)	-
Inventário final de Mercadorias, Mat. Consumidas e At. Biológicos Consum.	39 571	-
Imparidade acumulada de Merc., Mat. Consumidas e At. Biológicos Consum.	-	-
Sub-total:	39 571	-
Produtos acabados e intermédios	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
Ativos biológicos de produção	-	-
Imparidade acumulada de produtos e at. biológicos de produção	-	-
Sub-total:	-	-
Total de inventários e de ativos biológicos:	39 571	-

Variação nos Inventários da Produção

Não aplicável.

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, períodos de 2020 e 2019:

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	2020	2019
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4 492 269	-
Ativos biológicos (consumíveis)	-	-
Total	4 492 269	-

Nesta rubrica encontra-se registada sobretudo a compra de água em “alta” adquirida à Águas do Centro Litoral, S.A. e à Águas do Vale do Tejo, S.A. e em menor escala à Águas do Planalto, S.A., ao Município de Arganil e ao Município de Condeixa.

NOTA 21 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável.

NOTA 22 - RÉDITO

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Vendas e Prestação de Serviços dos períodos de 2020 e 2019.

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Naturezas	2020	2019
Vendas de Mercadorias	3 960 951	-
Vendas de Produtos Acabados	-	-
Prestação de Serviços	7 106 951	-
Total:	11 067 902	-

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Mercados	2020	2019
Nacional	11 067 902	-
União Europeia	-	-
Países Terceiros	-	-
Total:	11 067 902	-

O valor apurado no final de 2020 incorpora cerca de € 1,2 milhões relativos a acréscimos de rendimentos, refletindo o atraso no processo de faturação verificado no primeiro semestre de 2020. O valor corresponde à faturação de janeiro de 2021.

NOTA 23 - CLIENTES

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2020 e 2019 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	2020	2019
Clientes conta corrente	2 638 802	-
Clientes títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	-	-
Clientes perda por imparidade acumuladas	-	-
Total	2 638 802	-
Adiantamentos de Clientes	-	-

NOTA 24 - FORNECEDORES E OUTROS DEVEDORES E CREDORES

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2020 e 2019 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	2020	2019
Fornecedores conta corrente	6 758 795	5 243
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
Total	6 758 795	5 243
Adiantamentos a fornecedores	-	-

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E DÍVIDAS A PAGAR	2020	2019
A RECEBER	5 105 062	3 324 064
Fornecedores - Devedores	4 432	-
Devedores de remunerações a pagar	-	-
Devedores de outras contas de pessoal	-	-
Devedores por adiantamentos ao pessoal	-	-
Devedores de fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos de fornecedores de investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	1 193 494	-
Outros devedores	3 907 136	3 324 064
Perdas por imparidades acumuladas	-	-
A PAGAR	(1 691 539)	(753 183)
Clientes - Credores	-	-
Remunerações a pagar	(343)	(305)
Outras contas de pessoal	-	-
Fornecedores de investimentos	-	(1 566)
Credores por acréscimos de gastos	(685 444)	(53 094)
Disponibilidades negativas	-	-
Outros credores	(1 005 752)	(698 218)
Total	3 413 523	2 570 881

A rubrica de fornecedores encontra-se influenciada pelo valor em dívida aos fornecedores Águas do Centro Litoral, S.A. e Águas do Vale do Tejo, S.A., com € 3,82 milhões e € 1,84 milhões, respetivamente, que representam cerca de 84% do total da dívida a fornecedores a 31 de dezembro de 2020. A Empresa estabeleceu um acordo de pagamentos para saldar a dívida à Águas do Centro Litoral, S.A.

A rubrica de outros devedores e credores inclui subsídios para investimentos no âmbito de projetos POSEUR no montante de € 3,3 milhões (devedores), assim como ajustamentos em subsídios no valor de € 697,8 mil (credores).

NOTA 25 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	2020	2019
Ativo	370 932	19 488
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	370 932	19 488
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
Passivo	(153 227)	(19 280)
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	(24 385)	(3 678)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(18 694)	(6 934)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	(58 258)	(8 668)
Outros impostos e taxas	(51 889)	-
Total	217 705	208

NOTA 26 - RESULTADOS FINANCEIROS

Não aplicável.

NOTA 27 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2020 e 2019:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2020	2019
Subcontratos	2 982 048	-
Serviços especializados	778 414	24 090
Trabalhos especializados	635 691	20 447
Publicidade e propaganda	26 719	-
Honorários	12 005	3 600
Conservação e reparação	82 573	-
Outros	21 426	43
Materiais	80 734	913
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	70 115	66
Livros e documentação técnica	217	185
Material de escritório	10 336	305
Outros	66	357
Energia e fluidos	339 294	2 288
Eletricidade	300 784	-
Combustíveis	38 489	2 288
Outros	21	-
Deslocações, estadas e transportes	2 943	750
Outros	2 943	750
Serviços diversos	562 827	9 571
Rendas e alugueres	94 987	7 355
Comunicação	382 415	284
Seguros	30 971	-
Contencioso e notariado	1 413	1 505
Limpeza, higiene e conforto	6 360	90
Outros serviços	46 683	338
Total	4 746 259	37 613

A rubrica de subcontratos representa cerca de 62,9% do total de gastos com fornecimentos e serviços externos. Esta rubrica inclui sobretudo o custo do tratamento de efluentes em “Alta” e o custo com a gestão dos resíduos em “Alta”.

De referir que a Empresa teve custos com a lavagem e desinfeção de contentores no ano de 2020 no valor de aproximadamente € 56,7 mil, registado na rubrica de Trabalhos Especializados.

NOTA 28 - GASTOS COM PESSOAL

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos valores relativo a Gastos com Pessoal dos períodos de 2020 e 2019:

GASTOS COM PESSOAL	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	1 804 426	108 304
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	400 125	24 569
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	29 321	642
Gastos de ação social	-	-
Outros gastos com o pessoal	53 906	600
Total	2 287 778	134 115

Na rubrica de outros gastos com o pessoal foram registados € 39,8 mil respeitantes a gastos com fardamento e € 4,5 mil referente a gastos com Higiene e Segurança no Trabalho, que correspondem, em conjunto, a 82% do total de gastos desta rubrica.

No período de 2020, a Empresa remunerou em média 92 colaboradores.

NOTA 29 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Outros Rendimentos e Ganhos dos períodos de 2020 e 2019:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2020	2019
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	8	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	60	-
Outros rendimentos	1 151	-
Total	1 219	-

NOTA 30 - OUTROS GASTOS E PERDAS

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica “outros gastos e perdas” considerados nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2020 e 2019:

OUTROS GASTOS E PERDAS	2020	2019
Impostos	1 046	28
Descontos de pronto pagamento concedidos	0	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	1 022	-
Donativos	-	-
Quotizações	-	-
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Outros gastos e perdas não especificados	45 447	14
Total	47 515	42

NOTA 31 - GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Gastos / Reversões de depreciação e amortização dos períodos de 2020 e 2019:

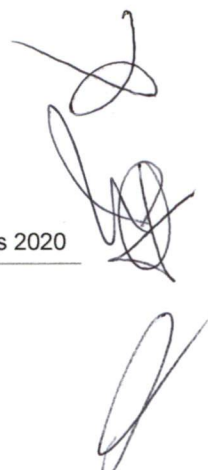
GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	2020	2019
Propriedades de investimento	-	-
Ativos fixos tangíveis	54 256	495
Ativos intangíveis	9 250	58
Reversões	-	-
Total	63 506	553

NOTA 32 - SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Subsídios à Exploração dos períodos de 2020 e 2019:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	2020	2019
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 023 290	-
Subsídios de outras entidades	-	-
Total	1 023 290	-

A Empresa reconheceu um subsídio à exploração decorrente do Fundo Ambiental, atribuído pelo Governo no montante de € 1 milhão.

**NOTA 33 - EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO**

Não aplicável.

NOTA 34 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

A APIN retirou o IVA nos serviços de saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos. Neste sentido já no decorrer do primeiro trimestre de 2021 a APIN procedeu à devolução dos valores de IVA cobrados em 2020, referentes aos serviços mencionados.

Numa fase em que as consequências da pandemia ao nível económico e financeiro criam maior impacto social, a APIN e os municípios que a constituem aprovaram a aplicação de uma redução de 25% na tarifa fixa aos consumidores domésticos, durante os meses de fevereiro a abril de 2021, bem como isentar a 100% a tarifa fixa às empresas, à indústria e ao comércio. No que concerne às Instituições de solidariedade Social e às Associações de utilidade pública foi aprovada a retirada da tarifa fixa até ao final do ano.

NOTA 35 - MATÉRIAS AMBIENTAIS

Não aplicável.

NOTA 36 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não aplicável.

NOTA 37 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Não aplicável.

NOTA 38 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A APIN e os Municípios acionistas celebraram um Protocolo em 8 de janeiro de 2020, através do qual os Municípios se comprometeram a disponibilizar à APIN todos os recursos e meios necessários para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, mediante contrapartida de pagamento de compensação financeira, tendo sido inicialmente celebrado com uma duração até ao final do mês de junho de 2020, foi o mesmo objeto de dois aditamentos no sentido de prorrogar



a sua duração até dezembro de 2020 e, depois, janeiro de 2021. Ao abrigo do referido Protocolo o Município de Penacova reclama um valor de € 327.469.

Entende o Conselho de Administração que a Empresa não é devedora deste montante, uma vez que o Município de Penacova decidiu, após a decisão de saída da APIN, afetar os recursos e meios necessários à gestão do Sistema sem autorização da Entidade Gestora APIN.

NOTA 39 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

NOTA 40 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

O Conselho de Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2020, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2020.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

